

+12:2011+

# e+cadernos

## **Zooms Territoriais – Inclusão Social**

Relatório Síntese  
dos principais resultados  
e aprendizagens  
(2011)



OBSERVATÓRIO  
DO QREN

## Índice

1 - Introdução	3
2 - Caracterização dos territórios analisados	7
2.1 - Territórios ameaçadores e atrativos	8
2.2 - Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos	9
2.3 - Território de contraste e base turística	10
3 - A intervenção do QREN nos territórios analisados	13
3.1 - Territórios ameaçadores e atrativos	13
3.2 - Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos	16
3.3 - Território de contraste e base turística	17
4 - Ajustamento entre as condições de contexto e a intervenção do QREN	19
4.1 - Territórios ameaçadores e atrativos	19
4.2 - Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos	21
4.3 - Territórios de contraste e base turística	23
5 - Determinantes do ajustamento do QREN a cada território	25
5.1 - Territórios ameaçadores e atrativos	25
5.2 - Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos	26
5.3 - Territórios de contraste e base turística	27
6 - Conclusões	29
7 - Anexos	31
Anexo 1 – Caracterização dos territórios analisados	32
Anexo 2 – Intervenções nos territórios analisados (cofinanciadas e não cofinanciadas)	43

### Ficha Técnica

**Colecção** e+cadernos do Observatório do QREN

**Título** Zooms Territoriais – Inclusão Social: Relatório Síntese dos principais resultados e aprendizagens (2011)

**Edição** Observatório do QREN

**Data de Edição** Dezembro 2011

**Autoria** Susana Monteiro

**Design Gráfico** UP - Agência de Publicidade

**Registo ISBN** ISBN - 978-989-8332-12-7

Publicação financiada pela União Europeia – Programa Operacional Assistência Técnica FEDER 2007-2013

# 1 - Introdução

O Observatório do QREN, na qualidade de entidade responsável, no quadro do modelo de governação do QREN, por assegurar a monitorização estratégica da aplicação dos fundos estruturais e fundo de coesão em Portugal no período 2007-2013, decidiu, em consonância com aquela responsabilidade, dinamizar um conjunto de iniciativas que promovessem, por um lado, o aprofundamento da análise estratégica e a sistematização do conhecimento sobre a aplicação das intervenções do QREN e, por outro lado, o reforço do diálogo estratégico entre atores relevantes.

É no cruzamento daquelas duas prioridades que surge, no contexto do Programa de Atividades do Observatório do QREN para o ano de 2011, o **Projeto Zooms Territoriais** que visa a realização de análises territoriais específicas (complementando, assim, as análises desenvolvidas até ao momento eminentemente temáticas e quantitativas) sobre áreas de política pública enquadradas nas agendas operacionais do QREN, de modo a aprofundar o conhecimento acerca da aplicação dos fundos: **estratégias, atores, sinergias e limitações**.

O desenvolvimento, durante o ano de 2011, do referido Projeto contou com a colaboração de atores relevantes e parceiros do Observatório no modelo de governação do QREN em vigor, em particular os Programas Operacionais (PO) e os Centros de Observação das Dinâmicas Regionais (CODR).

Como foi referido anteriormente, a definição dos temas dos *zooms* procurou manter uma clara ligação com as agendas operacionais do QREN, tendo sido selecionados, pela relevância das problemáticas que suscitam, os temas: i) formação de ativos; ii) inclusão social; iii) sistemas de inovação.

No que se refere especificamente ao tema da **inclusão social**, a relevância da escolha assenta:

i) Na sua **relação direta com uma das prioridades estratégicas do QREN**.

Garantir a coesão social atuando, em particular, nos objetivos do aumento do emprego e do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional, do estímulo às dinâmicas culturais, e assegurando a inclusão social, nomeadamente desenvolvendo o caráter inclusivo do mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades para todos e a igualdade de género, bem como práticas de cidadania inclusiva, reabilitação e reinserção social, conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e a valorização da saúde como fator de produtividade e medida de inclusão social.

ii) Na **forte dimensão territorial associada aos fenómenos de pobreza e exclusão social**

e que está bem patente num conjunto de medidas de política pública atuais e passadas (e.g., Projetos de Luta Contra a Pobreza, Programa Progride, Programa Rede Social, Contratos Locais de Desenvolvimento Social, Iniciativa Bairros Críticos), bem como em diversos textos académicos sobre bolsas de pobreza em Portugal.

iii) Na **atualidade do próprio tema**, que volta a assumir um lugar de destaque na agenda

da discussão pública nacional, fruto da atual degradação da situação económica e social do país. Pese embora não existirem dados oficiais que evidenciem, de forma consolidada, esta perceção (nomeadamente na área social), é possível, através da análise das intervenções de responsáveis políticos e da sociedade civil, reconhecer que a situação social do país tende a agravar-se de forma significativa, o que reforça a relevância e

atualidade do tema da inclusão social e, por conseguinte, dos *zooms* territoriais em questão.

No respeitante à **territorialização** das intervenções sociais, o QREN apoia diversas iniciativas relevantes, que visam impulsionar uma maior coesão territorial do país e promover uma mudança social efetiva em territórios mais deprimidos, que registam graves situações de pobreza e exclusão social e uma necessidade urgente de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos que neles residem. Constituem exemplos dessas iniciativas os **Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)**, os **Contratos Territoriais para o Sucesso Educativo** e as **Parcerias para a Regeneração Urbana (PRU) – Bairros Críticos**. Pese embora a relevância das iniciativas sinalizadas, importa sublinhar que algumas das tipologias apoiadas e destinadas à promoção do acolhimento da população imigrante e minorias étnicas, como o **Programa Escolhas 4ª Geração** e os **Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes**, ou até mesmo os apoios ao alargamento da **rede de serviços e equipamentos sociais**, traduzem também esta perspetiva de territorialização das intervenções, numa lógica de promoção de uma maior proximidade às necessidades das populações e aos problemas dos seus *habitats*.

A seleção dos territórios sobre os quais incidiu a pesquisa de terreno, que visava, na sua essência, recolher informação empírica sobre estratégias, atores, sinergias e limitações, procurou confrontar diferentes perspetivas e lógicas, considerando o pressuposto de que o conjunto do território nacional apresenta situações muito variadas no que respeita à intensidade e diversidade de situações e de riscos de exclusão social.

A seleção dos três tipos de territórios a considerar nestes *zooms*, teve por base uma análise de *clusters* realizada no âmbito de um estudo promovido pelo ISS<sup>1</sup> que conduziu à identificação de seis tipos de territórios vulneráveis: i) moderadamente inclusivos; ii) de contraste e base turística; iii) ameaçadores e atrativos; iv) envelhecidos e desertificados; v) industriais com forte desqualificação; e vi) envelhecidos e economicamente deprimidos.

Confrontando esta “proposta” com outros dois fatores importantes como são os interesses expressos dos CODR de participação neste Projeto, assim como o tipo de políticas públicas apoiadas pelo QREN, foram selecionados os seguintes territórios:

• **Territórios ameaçadores e atrativos**

- Área Metropolitana de Lisboa – Bairro do Zambujal, no concelho da Amadora e Freguesia do Vale da Amoreira, no concelho da Moita
- Área Metropolitana do Porto – Urbanização de Vila d’Este, no concelho de Vila Nova de Gaia

• **Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos**

- Região do Alentejo – Concelho de Mértola
- Região do Algarve – Concelho de Alcoutim

• **Territórios de contraste e base turística**

- Região do Algarve – Concelho de Albufeira

Dos territórios selecionados importa sublinhar a diferença das escalas territoriais: três territórios de nível concelhio e três territórios de nível infra-concelhio.

A abordagem a qualquer um destes territórios teve por base a resposta a três **questões de investigação**:

- i) O perfil de intervenções apoiadas pelo QREN reflete as características do território no que respeita à incidência dos diferentes problemas e riscos de exclusão social?

---

1 ISS (2005) *Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental*, Lisboa: ISS.



- ii) Quais os mecanismos institucionais de articulação entre as diferentes tipologias de intervenção apoiadas pelo QREN?
- iii) Em que medida as diferenças observadas nos mecanismos institucionais de articulação determinam a capacidade de ajustamento dos apoios do QREN às características de cada território?

Por último, uma nota metodológica, para enunciar o tipo de pesquisa que foi acionado. A opção recaiu numa metodologia que considerasse a complexidade dos fenómenos em causa, bem como a dinâmica das malhas organizacionais presentes nos territórios, pelo que se desenvolveu, sempre que possível, uma abordagem multi-método. No entanto, esta abordagem privilegiou a utilização de métodos qualitativos, nomeadamente métodos de recolha e análise documental e entrevistas (individuais e colectivas), com a respetiva análise de conteúdo.



## 2 - Caracterização dos territórios analisados

A caracterização dos territórios considerados no Projeto “Zooms Territoriais - Inclusão Social” é suportada por trabalhos realizados por atores locais (em regra, pelos Municípios) de diagnóstico de problemas e necessidades das comunidades que os ocupam, nomeadamente no quadro dos Conselhos Locais de Ação Social (no caso dos territórios de nível concelhio) e das candidaturas apresentadas aos PO Lisboa e PO Norte em matéria de Parcerias para a Regeneração Urbana – Bairros Críticos (no caso dos territórios de nível infra-concelhio).

A análise comparativa dos territórios analisados incide em três grandes grupos.

O primeiro corresponde essencialmente a **contextos urbanos** (enquadrando-se na tipologia apresentada pelo ISS – **territórios ameaçadores e atrativos**), com particular destaque para as **zonas suburbanas das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto**, onde se multiplicam e sobrepõem fenómenos de habitação muito desqualificada, insucesso escolar persistente, desemprego e desestruturação familiar. São realidades complexas em que se vão acumulando situações de pobreza e exclusão persistentes. Os territórios analisados do Bairro do Zambujal, Freguesia do Vale da Amoreira e Urbanização de Vila d’Este traduzem, de forma paradigmática, esta realidade.

O segundo grupo de territórios – constituído pelos concelhos de Mértola e de Alcoutim – corresponde à tipologia apresentada pelo ISS de **territórios envelhecidos e economicamente deprimidos**. São concelhos que se distribuem pelo interior do país, marcados por traços de ruralidade, em que a população é envelhecida, as suas qualificações são deficitárias e onde os fenómenos de isolamento geográfico e social estão bem patentes. O empobrecimento das famílias, bem como a inexistência de perspectivas de alcançar situações profissionais atraentes constituem outros marcos sociais importantes deste tipo de territórios.

Por último, os **territórios de contrastes e base turística** da tipologia do ISS, que se cingem à região do Algarve (não englobando, no entanto, a totalidade dos concelhos algarvios). Nesta tipologia foi analisado o concelho de Albufeira, cujas características se descrevem em maior detalhe no subponto 2.3. Em termos genéricos, estes são concelhos com fluxos populacionais e uma concentração de população estrangeira muito relevantes, fruto de atividades económicas como a construção civil e os serviços. São, igualmente, territórios com problemas de habitação, com um peso importante de pessoas a viverem em alojamentos não clássicos, com índices de criminalidade por vezes preocupantes, bem como com problemas sociais sazonais, decorrentes do tipo de atividade económica predominante: o turismo.



## 2.1 - Territórios ameaçadores e atrativos

Territórios Dimensões	Bairro do Zambujal	Freguesia do Vale da Amoreira	Urbanização de Vila d'Este
Localização	AML Concelho da Amadora Freguesia da Buraca	AML Concelho da Moita Freguesia do Vale da Amoreira	AMP Concelho de Vila Nova de Gaia Freguesia de Vilar de Andorinho
Data de construção	Décadas de 70 e 80	Décadas de 70 e 80	Década de 80
População (nº)	3 500	10 066	7 514
Área (km²)	0,2	2,4	0,4

### Principais problemas e necessidades

Espaço público, habitação e equipamentos coletivos	<p>Défice de serviços de proximidade e de equipamentos coletivos de apoio à população, nomeadamente à população jovem e idosa (e.g., creche, jardim de infância, centro de dia);</p> <p>Degradação do espaço público, dos edifícios e do mobiliário urbano;</p> <p>Problemas ao nível da utilização dos fogos habitacionais (e.g., sobrelotação, ocupação indevida, incumprimento do pagamento de rendas);</p> <p>Utilização indevida/défice de espaços comuns e de espaços de lazer;</p> <p>Habitação de fraca qualidade.</p>
Economia local e emprego	<p>Situações de trabalho precário, mal remunerado e de economia subterrânea/ informal;</p> <p>Elevadas taxas de desemprego – existe uma especial preocupação com o desemprego feminino, jovem e de longa duração;</p> <p>Dificuldades de inserção socioprofissional dos jovens;</p> <p>Grande dependência face ao exterior em matéria de oferta de emprego, comércio e serviços.</p>
Educação e formação	<p>Elevada taxa de analfabetismo;</p> <p>Baixo nível de escolaridade da população;</p> <p>Abandono e absentismo escolar;</p> <p>Insucesso escolar elevado;</p> <p>Fraca participação das famílias no processo educativo das crianças;</p> <p>Fraca predisposição para a aprendizagem e aquisição de novas competências.</p>
Segurança	<p>Violência doméstica;</p> <p>Sentimento de alguma insegurança.</p>
Inclusão social e saúde	<p>Toxicod dependência e alcoolismo (comportamentos aditivos);</p> <p>Forte concentração de famílias carenciadas e disfuncionais/ desestruturadas;</p> <p>Forte dependência de transferências e outros apoios sociais (e.g., Rendimento Social de Inserção, Ação social escolar);</p> <p>Registo de alguns problemas de saúde mental;</p> <p>Situações de gravidez na adolescência;</p> <p>Número preocupante de crianças e jovens em risco.</p>
Imigrantes	<p><i>A existência de problemas e necessidades associada à população imigrante apenas foi referida para a Freguesia do Vale da Amoreira.</i></p> <p>Discriminação e segregação social;</p> <p>Pobreza monetária;</p> <p>Dificuldades na aprendizagem da língua portuguesa;</p> <p>Desemprego;</p> <p>Situações de ilegalidade.</p>



## 2.2 - Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos

Territórios	Concelho de Mértola	Concelho de Alcoutim
Localização	Alentejo Baixo Alentejo Distrito de Beja	Algarve Distrito de Faro
Freguesias	9	5
População (nº)	7 289 (2011)	2 895 (2011)
Área (km²)	1 292,9	575,4
Taxa de crescimento efetivo (%)	-2,15 (Continente: -0,01)	-2,20 (Continente: -0,01)
Índice de envelhecimento (nº)	352,5 (Continente: 122,9)	533,0 (Continente: 122,9)
Índice de dependência de idosos (nº)	52,2 (Continente: 27,7)	73,2 (Continente: 27,7)
Valor médio das pensões da segurança social (€)	3 641 (Continente: 4 692)	3 503 (Continente: 4 692)
Poder de compra <i>per capita</i>	58,95 (Portugal: 100)	56,06 (Portugal: 100)
Taxa de analfabetismo (%)	22,43 (Continente: 8,93)	29,39 (Continente: 8,93)

### Principais problemas e necessidades

Idosos	<p>Insuficiência de resposta para apoio a idosos, nomeadamente ao nível do internamento em lar;</p> <p>Isolamento geográfico, familiar e social dos idosos;</p> <p>Aumento do número de situações de idosos com grande dependência sem suporte familiar e com respostas sociais insuficientes;</p> <p>Baixos recursos económicos.</p>
Educação e formação	<p>Elevada taxa de analfabetismo;</p> <p>Dependência da formação profissional como forma de obtenção regular de rendimentos;</p> <p>Pouca motivação dos jovens para a frequência de cursos de qualificação profissional;</p> <p>Resposta insuficiente para as opções do ensino secundário;</p> <p>Insuficiência de cursos profissionais dirigidos ao mercado de trabalho.</p>
Saúde e toxicodependências	<p>Alcoolismo e aceitação cultural do consumo de álcool;</p> <p>Encerramento de algumas extensões dos centros de saúde e dificuldade de deslocação dos residentes nas freguesias ao centro de saúde;</p> <p>Encerramento do Serviço de Atendimento Permanente em Alcoutim, bem como inexistência de alguns meios de tratamento e recuperação da doença e insuficiência de consultas de especialidades médicas;</p> <p>Situações problemáticas de toxicodependência em Mértola.</p>
Economia e mercado de trabalho	<p>Baixo empreendedorismo e baixa capacidade de investimento/financiamento;</p> <p>Tecido empresarial frágil e atividades económicas pouco diversificadas;</p> <p>Reduzida oferta de emprego;</p> <p>Insuficiência no suporte à iniciativa empresarial (e.g., espaços industriais);</p> <p>Insuficiência de mão de obra qualificada.</p>

(continua)

### Principais problemas e necessidades

Mobilidade e habitação	Número insuficiente de fogos habitacionais; Dificuldades de acesso a crédito bancário das famílias em situação profissional precária para aquisição ou melhoria de habitação (situação identificada em Mértola); Em Alcoutim regista-se uma deficiente rede viária inter-concelhia e uma baixa cobertura da rede de transportes intra e inter-concelhia.
------------------------	--

## 2.3 - Território de contraste e base turística

Território	Concelho de Albufeira
<b>Dimensões</b>	
Localização	Algarve Distrito de Faro
Freguesias	5
População (nº)	40 828
Área (km²)	140,70
População nas freguesias (nº e %)	Albufeira: 22 781 (55,8%); Guia: 4 376 (10,7%); Paderne: 3 304 (8,1%); Ferreiras: 6 406 (15,7%); Olhos d'Água: 3 961 (9,7%)
Taxa de crescimento efetivo (%)	2,0 (Continente: -0,01)
Taxa de crescimento migratório (%)	1,39 (Continente: 0,03)
Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros por 1000 habitantes (nº)	1 027,0 (Continente: 23,9)

### Principais problemas e necessidades do território

Demografia	Taxas de divórcio e de famílias monoparentais elevadas; Risco de sobrecarga populacional no período do verão, decorrentes do facto de nessa altura do ano o número de habitantes multiplicar por 10, relevando as insuficiências das estruturas de apoio, designadamente em termos de acessibilidade, mobilidade, saúde e segurança; Distribuição populacional desigual, sendo evidente o contraste entre as freguesias do litoral, densamente ocupadas e com uma grande expressão urbana e as áreas interiores do concelho, de cariz rural e com povoamento mais disperso, sobretudo na Freguesia de Paderne.
Educação	Défice de escolas de formação e educação profissional; Inexistência de locais de formação para quadros superiores; As salas de aula no pré-escolar e no 1º ciclo do ensino básico funcionam no limite máximo da sua capacidade; Inadequação dos horários dos encarregados de educação com o funcionamento dos horários escolares; Carência de jardins de infância, sobretudo nas áreas rurais; Mão de obra pouco escolarizada e com fraca qualificação profissional.

*(continua)*

### Principais problemas e necessidades do território

Economia e emprego	<p>Concentração das atividades em torno do produto turístico “sol e mar” e o seu impacto na sazonalidade da atividade económica e no emprego;</p> <p>Horários de trabalho praticados na hotelaria e na restauração;</p> <p>Reduzido número de trabalhadores com níveis de escolaridade e de qualificação média e superior;</p> <p>Elevado peso da taxa de baixas qualificações no conjunto da população empregada;</p> <p>Facilidade de acesso ao mercado de trabalho e reduzida exigência deste constituem um incentivo ao abandono escolar precoce;</p> <p>Elevada percentagem de população ativa afetada sazonalmente pelo desemprego.</p>
Saúde	<p>Défice de cuidados de saúde especializados (consultas);</p> <p>Carência de pessoal médico e de enfermagem, particularmente em áreas de especialidade como a pediatria;</p> <p>Inexistência de estruturas de retaguarda e tratamento a grupos específicos (e.g., portadores de deficiência, doentes mentais, toxicodependentes, portadores de HIV).</p>
Ação social	<p>Sobrelocação das creches;</p> <p>Existência de apenas dois equipamentos de apoio a crianças e jovens em perigo;</p> <p>Défice de equipamentos para idosos;</p> <p>Insuficiência de apoio a grupos vulneráveis.</p>
Habitação	<p>Peso muito elevado do número de novas construções em tipologias adaptadas ao uso sazonal em detrimento de tipologias para residentes;</p> <p>Tendência para a diferenciação acentuada do uso dos solos, decorrente da pressão turística (litoral vs interior);</p> <p>Insuficiente mercado de arrendamento.</p>
Segurança	<p>A elevada taxa de desemprego, aliada a empregos sazonais, contribui para o aumento da criminalidade;</p> <p>O facto de ser um concelho multicultural contribui para a redução de mecanismos de controlo social;</p> <p>O elevado número de residências de uso sazonal, não habitadas durante a época baixa da atividade turística, propiciam o aumento de crimes contra o património.</p>



## 3 - A intervenção do QREN nos territórios analisados

A intervenção do QREN nos territórios analisados é relevante, tendo em conta a diversidade de iniciativas, bem como a diversidade de atores envolvidos na implementação das mesmas. No entanto, esta ideia, que se pode considerar genérica, apresenta nuances em função da tipologia de territórios analisados.

No que se refere à primeira tipologia – **territórios ameaçadores e atrativos** –, que inclui neste estudo o Bairro do Zambujal, a Freguesia do Vale da Amoreira e a Urbanização de Vila d’Este, sublinha-se uma forte presença de iniciativas, materiais e imateriais, apoiadas pelo POPH e pelos PO regionais (Lisboa e Norte). Tal facto traduz uma articulação no terreno entre PO regionais e PO temático (e entre agendas temáticas do QREN), promovida essencialmente segundo uma lógica *bottom-up*, da responsabilidade dos atores sociais locais. São territórios onde a paisagem organizacional tende a ser densa, complexa, com competências diversificadas e com “vocações” distintas. Qualquer um dos três territórios analisados apresenta intervenções semelhantes (ao nível da sua tipologia) e das quais se sublinha, para além dos Projetos das PRU - Bairros Críticos (onde a vertente de intervenção no edificado e no espaço público é transversal), a existência do Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), do Programa Escolhas e de iniciativas de Formação para a Inclusão.

Relativamente à tipologia **territórios envelhecidos e economicamente deprimidos** (neste caso Mértola e Alcoutim), registam-se intervenções algo semelhantes, ainda que sejam territórios inseridos em regiões com objetivos diferentes ao nível da Política de Coesão (Alentejo no primeiro caso, região do objetivo convergência; Algarve no segundo caso, em regime transitório *phasing out*) e, por esse motivo, com envelopes financeiros muito distintos. Ambos os concelhos são parceiros no Programa Operacional Cooperação Transfronteiriça Espanha Portugal, partilhando algumas ações.

Por fim, o concelho de Albufeira, enquanto exemplo de um **território de contraste e base turística**, regista um número significativo de intervenções apoiadas pelo QREN, sobretudo nos aspectos ligados à formação e qualificação da população.

Salienta-se que, em nenhum dos casos, a listagem de intervenções cofinanciadas e não cofinanciadas é exaustiva (ainda que se considere bastante completa), pelo que devem ser consideradas como ilustrações da intervenção no terreno.

### 3.1 - Territórios ameaçadores e atrativos

O **projeto “Zambujal Melhora!”** (Parceria para a Regeneração Urbana apoiada pelo POR Lisboa) constitui a primeira iniciativa de intervenção integrada no bairro, tendo convocado para o efeito múltiplos parceiros, com competências e experiências diversificadas, mas também com âmbitos territoriais variados. Deste conjunto de atores destacam-se as autarquias, organismos da administração central do Estado, centros de estudos e organizações não governamentais. Sublinha-se, ainda, a relevância de uma estrutura fixa de parceria ao nível da Freguesia da Buraca que apoia a intervenção existente no bairro – Comissão Social de Freguesia da Buraca.

Das interações que foi possível desenvolver junto de alguns atores locais, conclui-se pela

existência de uma real preocupação (teórica e prática) em promover intervenções que se complementem e se potenciem (“... Sem esta intervenção urbana [o projeto “Zambujal Melhora!”] as intervenções sociais ficariam fragilizadas...” excerto de entrevista, realizada a 31.05.2011, a um ator local).

Em matéria de intervenções enquadradas no projeto “Zambujal Melhora!”, são contemplados três eixos específicos:

- Habituação – “Melhor casa”;
- Ambiente e espaço público – “Construir uma centralidade” Praça das Minas”; “Caminhos do Zambujal”; “Praças das Galegas e do Viveiro”; “Reciclar”;
- Desenvolvimento social e económico – “Curso de Operadores de Jardinagem” (no âmbito do projeto “Zambujal Empreende”); “Unidade de negócio”; “Espaço Oportunidade” (dinamização sociocultural, ações de informação/formação, motivação RVCC); “Nós fazemos” (animação comunitária e diálogo intercultural); “Incubadora Quick” (incubação de empresas de iniciativa jovem); “Quem não arrisca não petisca” (empreendedorismo para ativos e desempregados em situação de fragilidade social); “Melhor Loja” (concurso de ideias e propostas de auto-reabilitação de espaços de negócio); “ConViver” (congressos, facilitadores de bairro); “Eu e os outros” (competências pessoais, sociais e comunitárias).

A par das operações cofinanciadas pelo FEDER, é possível sistematizar os seguintes projetos cofinanciados pelo FSE: 1) PE4G – Programa Escolhas 4ª geração; 2) TEIP - Território Educativo de Intervenção Prioritária; 3) Formação para a Inclusão; 4) Projeto-piloto de Mediadores Municipais.

Simultaneamente são, ainda, desenvolvidas iniciativas financiadas exclusivamente pelo orçamento municipal ou pelos orçamentos dos atores com intervenção no bairro: 1) Projeto “Melhor prédio”; 2) Projeto “Melhor escada”; 3) Projeto “Zambujal Empreende”; 4) Comissão Social de Freguesia da Buraca (orçamento próprio das instituições); 5) Projetos “Abre a Pestana” e “Passa a Palavra” (na área da toxicodependência); 6) Projeto “Adrenalinhas”; 7) Serviço “Atendimento Social Integrado” (continuidade do PROGRIDE); 8) Serviço “Atendimento a vítimas de violência doméstica”; 9) Rendimento Social de Inserção.

O **projeto “Vale Construir o Futuro”** (Parceria para a Regeneração Urbana apoiada pelo POR Lisboa) não constitui, ao contrário do verificado para o Bairro do Zambujal, a primeira iniciativa de intervenção integrada na Freguesia do Vale da Amoreira, surgindo na continuidade de um conjunto de iniciativas passadas das quais se destacam: 1) a ORUVA - Operação de Revitalização Urbana do Vale da Amoreira<sup>2</sup>; 2) a RUVBB - Operação de Revitalização Urbana da Vila da Baixa da Banheira<sup>3</sup>; 3) os projetos “TVA - Transição para a Vida Activa” e “EDUC@rte”, ambos enquadrados no Programa Escolhas; 4) o Projeto “Vale Esperança - Uma comunidade para a Inclusão”, financiado pelo Programa PROGRIDE Medida 2.

Atualmente está em curso na Freguesia um conjunto alargado de iniciativas, sendo de realçar a IBC - Iniciativa Bairros Críticos e a PRU - Bairros Críticos. Ambas estão a decorrer em simultâneo, sendo a última complementar da primeira. O modelo de funcionamento da IBC foi aplicado à PRU, estando a funcionar um Grupo Local de Parceiros que engloba representantes das autarquias, de ministérios e de organizações locais sem fins lucrativos. No que diz respeito, em concreto, à PRU - Bairros Críticos, a intervenção desenvolve-se em quatro eixos:

---

2 No âmbito do Programa de Reabilitação Urbana apoiado pelo mecanismo financeiro do Espaço Económico Europeu.

3 No âmbito do PROQUAL “Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da AML”.

- Atividades económicas – “Gabinete de Emprego e Apoio ao Empreendedorismo”; “Promoção de iniciativas de empreendedorismo social”; “Criação de um mercado da diversidade”;
- Espaço urbano – “Requalificação do espaço público das zonas A, B, D e E”; “Requalificação do espaço público adjacente ao quarteirão entre a Avenida Vasco da Gama e Avenida Diogo Cão”; “Requalificação e reordenamento do espaço público municipal”; “Apoio técnico aos moradores para a auto-reabilitação dos edifícios e habitações”; “Requalificação da imagem urbana através da cor”;
- Coesão social – “Espaço gimnodesportivo coberto da Escola Secundária da Baixa da Banheira”; “Requalificação da Biblioteca do Vale da Amoreira”; “Desenvolvimento de ações de advocacia”; “Criação de grupos de auto-ajuda”; “Cursos de Educação de Pais”; “Espaço Jovem do Vale da Amoreira (É Jota Vale)”; “Desenvolver estratégias de proximidade a cidadãos em situação de vulnerabilidade”;
- Diversidade cultural – “Dinamização de um referencial etnográfico para o Vale da Amoreira”; “Intervenção artística nas empenas e espaços públicos”; “Promoção de eventos multiculturais”; “Dinamização de atividades de educação pela arte”.

Em simultâneo, é possível registar um outro conjunto de atividades apoiadas pelo QREN, nomeadamente pelo FSE, tais como: 1) CLAI - Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes; 2) PE4G - Programa Escolhas 4ª geração; 3) TEIP - Território Educativo de Intervenção Prioritária; 4) Formação para a Inclusão.

Da responsabilidade da Câmara Municipal e dos parceiros, onde estão apenas envolvidos os orçamentos próprios de cada entidade, destacam-se os projetos e serviços: 1) GIP - Gabinete de Inserção Profissional; 2) Transporte escolar; 3) PIPP - Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (integra os projetos “Escola Segura”, “Idosos em Segurança” e “Comércio Seguro”); 4) Rendimento Social de Inserção; 5) Projeto Integrado de Prevenção e Controlo do VIH/Sida; 6) PORI - Programa de Prevenção das Toxicodependências; 7) Ocupação de tempos livres.

O **projeto de intervenção em Vila d’Este** (Parceria para a Regeneração Urbana apoiada pelo POR Norte) surge como a primeira intervenção integrada neste território, dinamizada, essencialmente, pelo Município de Vila Nova de Gaia, por via da empresa municipal GAIURB. Não obstante, foram desenvolvidas várias intervenções no passado, especialmente da responsabilidade da Câmara Municipal: 1) construção de equipamentos desportivos (pavilhão desportivo, piscina e polidesportivo); 2) construção de estabelecimentos de ensino (Escola EB1 Vila D’Este); 3) requalificação do espaço público (construção Alameda Vila D’Este, substituição e reforço da iluminação, colocação de *molok* e recolha diária de lixo, manutenção constante dos espaços ajardinados).

No que se reporta à iniciativa PRU - Bairros Críticos, a intervenção desenvolve-se segundo três eixos estratégicos de intervenção e é apoiada por vários parceiros, como as autarquias locais, uma empresa pública municipal, e várias entidades sem fins lucrativos:

- Requalificação urbana do edificado – “Elaboração do projeto de requalificação dos edifícios de Vila d’Este e assessoria técnica”; “Execução do projeto de requalificação dos edifícios de Vila D’Este”; “Caracterização experimental do desempenho higrotérmico do projeto de requalificação dos edifícios de Vila D’Este”;
- Requalificação do Espaço Público e do Ambiente Urbano – “Execução do projeto de arranjos exteriores da Urbanização de Vila D’Este”;
- Inclusão Social e Valorização Socioeconómica e Profissional – “Agência de Desenvolvimento Local”; “Espaço multiusos - Espaço Jovem, Espaço Mulher e Espaço Aberto”;



“Quer entrar? - Concurso para a valorização das entradas dos prédios em Vila D’Este”; A execução deste projeto está forçosamente associada ao desenvolvimento de outros projetos previstos para a mesma área de intervenção e que se destinam à mesma população-alvo e têm objetivos comuns. Dos projetos apoiados pelo FSE, sublinham-se: 1) Contrato Local de Desenvolvimento Social; 2) PE4G - Programa Escolhas 4ª geração; 3) TEIP - Território Educativo de Intervenção Prioritária; 4) Cursos de Educação e Formação (CEF); 5) CLAI - Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes; 6) CRVCC - Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

Em simultâneo, estão no terreno outras iniciativas financiadas pelo orçamento de Estado, pelos orçamentos das autarquias locais ou pelos orçamentos das organizações da sociedade civil. Neste quadro sobressaem: 1) Projeto de Requalificação Urbana dos Edifícios; 2) Projeto de Requalificação dos Arranjos Exteriores; 3) Gabinete de Apoio às Pessoas Vítimas de Violência Doméstica - Progrid; 4) Projetos “Olhos no Futuro”; 5) Oficina de dança; 6) Centro de Atividades Ocupacionais para Portadores de Deficiência - PARES; 7) Serviço de Apoio Domiciliário - PARES; 8) Centro de Convívio para a 3ª idade - PARES; 9) ATL e creche; 10) Ensino recorrente e ensino noturno.

### 3.2 - Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos

No **concelho de Mértola**, o Município surge como o principal ator dinamizador dos processos de inclusão social. No entanto, o concelho apresenta uma paisagem organizacional bastante rica que assume várias funções na promoção do desenvolvimento social local, mas, na grande maioria dos casos, em estreita colaboração com a autarquia.

Ao nível das intervenções apoiadas pelo QREN, o concelho de Mértola regista diversas iniciativas, das quais se destacam, pelo facto de estarem diretamente associadas à temática destes *zooms*: 1) o Contrato Local de Desenvolvimento Social; 2) Estágios Profissionais; 3) Plano Municipal para a Cidadania e Igualdade de Género no Concelho de Mértola; 4) Centro Infantil; 5) Cursos Profissionais; 6) Cursos de Educação e Formação de Jovens; 7) Cursos de Educação Formação de Adultos.

Para além destas iniciativas e pelo facto de Mértola ser um território disperso o que contribui para o isolamento da população, realidade particularmente gravosa no caso da população idosa, importa sublinhar as intervenções ao nível das acessibilidades, nomeadamente o alargamento e beneficiação da Estrada Municipal 514. Outras operações como o plano tecnológico da educação e a ampliação da Biblioteca Municipal de Mértola devem, igualmente, ser referenciadas.

Ao nível das atividades em curso não cofinanciadas pelos fundos estruturais, salientam-se: 1) Unidade Móvel Médico-Social (parceria entre a Câmara Municipal de Mértola e o Centro de Saúde); 2) Unidade de cuidados continuados e unidade de cuidados paliativos (parceria entre a Santa Casa da Misericórdia de Mértola, o Centro de Saúde, a Câmara Municipal, o Núcleo de Voluntariado e a Fundação Calouste Gulbenkian); 3) Lares para idosos; 4) Transporte assegurado a idosos, por via do Serviço de Apoio Domiciliário; 5) Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo; 6) Transporte escolar; 7) Oraliades (Programa Cultura 2007-2013); 8) Contrato-Programa com a DGLB - Biblioteca Municipal de Mértola (DGLB).

No **concelho de Alcoutim**, à semelhança do descrito para Mértola, o Município surge como o principal ator dinamizador do desenvolvimento e inclusão social. No entanto, não é de menosprezar o papel de um conjunto ainda extenso de entidades, das quais se destacam a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcoutim, a Santa Casa

da Misericórdia de Alcoutim, o Centro Paroquial Nossa Senhora da Conceição de Martim Longo e o Centro de Desenvolvimento Social e Cultural de Martim Longo como as entidades com maior dinamismo em matéria de intervenção social.

Do ponto de vista de iniciativas cofinanciadas pelos fundos, há a destacar o Contrato Local de Desenvolvimento Social (com atividades nas áreas da saúde oral, dos passeios e tratamentos termais e dos cursos socioeducativos), os Cursos de Educação e Formação de Adultos e a construção de um lar de idosos, esta última a cargo da Associação de Solidariedade Social, Cultura, Desporto e Arte dos Balurcos. Importa, ainda neste quadro, sublinhar outro tipo de iniciativas apoiadas pelo POR Algarve e pelo POVT de recuperação e melhoria da rede viária municipal e de promoção de serviços de proximidade, o que não deixa de ser relevante num contexto de forte isolamento e dispersão da população (e.g., Beneficiação da Estrada Nacional 122.1/EN 124 – Alcoutim; Saúde mais próxima - aquisição de *minibus*; Exposição itinerante “Alcoutim Terra de Fronteira”).

Paralelamente, o Município disponibiliza um conjunto de outros serviços relevantes para a promoção da inclusão social no concelho: 1) Programa Rede Social; 2) Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo; 3) PCAAC - Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim); 4) Projeto de “Operação às Cataratas”; 5) Programa de “Apoio a Alcoólicos”; 6) Programa “Alcoutim Ainda Mais Solidário” (serviço gratuito de ajuda ao domicílio); 7) Bolsas de estudo para o ensino superior; 8) Cartão Social do Município (concede reduções no pagamento de taxas e tarifas); 9) Projeto “Vamos à Vila” (iniciativa que cria uma rede de transportes sociais gratuitos); 10) Desporto Sénior (ginástica de manutenção, marchas-passeio e hidrosénior); 11) Férias Desportivas (no Natal e no verão, a Câmara de Alcoutim organiza atividades e proporciona transporte a todas as crianças dispersas pelo concelho).

### 3.3 - Território de contraste e base turística

Em **Albufeira**, o Município assume-se como um dos principais atores em matéria de inclusão social, apoiando de forma direta e indireta a população mais vulnerável. Os apoios diretos assentam em iniciativas como os serviços de ação social, a cantina social, atividades para os idosos, ocupação de tempos livres dos jovens, bolsas de estudo, apoio a imigrantes, etc.. Simultaneamente, o Município disponibiliza apoios às Instituições Particulares de Solidariedade Social e Clubes Desportivos, por via da comparticipação na construção de equipamentos, de protocolos para a colocação de técnicos, de disponibilização de materiais, de manutenção de instalações e, inclusive, na cedência de terrenos para construção.

Do ponto de vista das iniciativas apoiadas pelos fundos estruturais na área da inclusão social, o concelho regista: 1) Apoio a Projetos de Formação para Públicos Estratégicos; 2) Formação para a Inovação e Gestão; 3) Cursos de Educação e Formação de Adultos; 4) Formação em Língua Portuguesa para Estrangeiros; 5) Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências; 6) Formações Modulares; 7) Apoio Técnico às Organizações Não Governamentais; 8) Construção da EB1 e JI de Vale de Pedras; 9) EB 1 da Correeira; 10) Construção EB 1, 2 e 3 da Guia.

Paralelamente, são desenvolvidos diversos projetos locais, da responsabilidade da autarquia e dos atores sociais, designadamente: 1) ocupação dos tempos livres dos jovens entre os 10 e 15 anos; 2) promoção da cultura urbana alternativa do Hip-Hop; 3) Gabinete da Família; 4) Cartão Sénior Municipal; 5) Serviço de Teleassistência; 6) Banco de Tempo; 7) atividades recreativas, lúdico-pedagógicas e de saúde e bem-estar destinadas a idosos; 8) Bolsas de estudo; 9) Gabinete do Imigrante, entre muitos outros.



## 4 - Ajustamento entre as condições de contexto e a intervenção do QREN

O presente capítulo visa, fundamentalmente, responder à questão “O perfil de intervenções apoiadas pelo QREN reflete as características dos territórios no que respeita à incidência dos diferentes problemas e riscos de exclusão social?”. Salienta-se, desde logo, que a resposta a esta questão varia, por um lado, em função dos tipos de território em análise e, por outro lado, em função das problemáticas identificadas nos diagnósticos territoriais, na medida em que existem áreas de política pública que não encontram acolhimento no quadro dos fundos estruturais (por opção de programação ou por limitações regulamentares).

No que diz respeito aos **territórios ameaçadores e atrativos** existe, em termos gerais, uma estreita coerência e adequação entre as intervenções apoiadas pelo QREN e os problemas e necessidades dos territórios. Todos os bairros críticos analisados apresentam problemas semelhantes distribuídos por cinco áreas problemáticas, quatro das quais registam intervenções apoiadas pelo QREN. A única área problemática onde não se verifica qualquer intervenção apoiada pelos fundos estruturais é a da segurança.

Relativamente aos **territórios envelhecidos e economicamente deprimidos**, este ajustamento não é tão evidente, pois as intervenções cofinanciadas na área social são modestas, nomeadamente no concelho de Alcoutim. Não se pode afirmar que a resolução dos problemas existentes nestes territórios fica a descoberto, mas tal intervenção depende, sobretudo, dos orçamentos de Estado e da Segurança Social, por um lado, e dos parceiros locais, com especial relevância para os Municípios e IPSS, por outro. Da análise comparativa entre as principais áreas problemáticas de cada um destes territórios e as intervenções apoiadas pelo QREN, conclui-se que o QREN intervém num número limitado de áreas identificadas nos diagnósticos. Quando se compara Mértola com Alcoutim é claro o diferencial de intervenções entre estes dois territórios contíguos, o que se fica a dever ao facto de estes concelhos estarem inseridos em regiões da Política de Coesão com objetivos distintos e, conseqüentemente, com envelopes financeiros diferenciados. Esta situação replica-se para o concelho de Albufeira (**território de contrastes e base turística**), onde a maioria das áreas problemáticas do diagnóstico social concelhio não registam intervenções cofinanciada pelos fundos estruturais. No entanto, o QREN intervém nos domínios da educação, da ação social e do emprego.

Uma última nota para referir que a análise apresentada sobre o ajustamento entre as condições de contexto e a intervenção do QREN se baseia no *matching* entre áreas problemáticas de diagnóstico e áreas de intervenção/tipologias apoiadas pelo QREN. O aprofundamento desta análise por via do estudo, em concreto, dos projetos apoiados pelo QREN, poderá constituir uma segunda fase destes *zooms* territoriais, trazendo certamente maior profundidade à reflexão agora apresentada.

### 4.1 - Territórios ameaçadores e atrativos

No **Bairro do Zambujal** existe uma quase total convergência entre as áreas problemáticas constantes do diagnóstico social que apoiou a candidatura do Município e restante parceria ao POR Lisboa, no âmbito da tipologia PRU - Bairros Críticos. A exceção recai

na área da segurança onde não se verifica qualquer ação específica, pelos motivos já mencionados. Note-se, no entanto, que existem neste território vários projetos não cofinanciados associados a problemas concretos diagnosticados para a área da segurança: 1) Atendimento a vítimas de violência doméstica; 2) Projetos na área das toxicodependências.

Da análise comparativa entre diagnóstico e intervenções, é importante sublinhar que a PRU - Bairros Críticos contempla intervenções materiais e imateriais, sendo ela própria o primeiro instrumento onde é possível aferir a coerência e relevância das intervenções cofinanciadas neste território. Paralelamente, surgem ainda outros projetos cofinanciados, nomeadamente pelo FSE (Eixo 6 do POPH - Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social). É, portanto, claro que o perfil de intervenções apoiadas no Bairro do Zambujal reflete as características do território no que respeita à incidência dos diferentes problemas e riscos de exclusão social.

Áreas problemáticas	Intervenções apoiadas pelo QREN
Espaço público, habitação e equipamentos coletivos	PRU - Bairros Críticos (nas vertentes “Habitação” e “Ambiente e espaço público”)
Economia local e emprego	PRU - Bairros Críticos (na vertente “Desenvolvimento social e económico”)
Educação e formação	TEIP - Território Educativo de Intervenção Prioritária PRU - Bairros Críticos (na vertente “Desenvolvimento social e económico”)
Segurança	-
Inclusão social	PRU - Bairros Críticos (na vertente “Desenvolvimento social e económico”) Programa Escolhas 4ª Geração Projeto-piloto de mediadores municipais Formação para a Inclusão

A **Freguesia do Vale da Amoreira** tem sido alvo de várias intervenções no passado, o que resulta num conhecimento muito concreto dos problemas e necessidades da comunidade local. Foi possível, com o contributo de um centro de estudos universitário, aprofundar o diagnóstico existente e percecionado pelos atores sociais locais, tendo sido este trabalho a base para a elaboração do plano de intervenção integrada neste território, constituindo a IBC - Iniciativa Bairros Críticos e a PRU - Bairros Críticos duas iniciativas que permitiram dar corpo ao projeto de intervenção gizado. Da análise comparativa entre os instrumentos de diagnóstico e de planeamento, fica claro que o perfil de intervenções apoiadas na Freguesia do Vale da Amoreira reflete as características do território no que respeita à incidência dos diferentes problemas e riscos de exclusão social. Uma vez mais, apenas a área da segurança não está contemplada neste modelo de intervenção cofinanciada pelos fundos estruturais. No entanto, esta temática é assegurada por via do projeto local PIPP – Programa Integrado de Policiamento de Proximidade.

Áreas problemáticas	Intervenções apoiadas pelo QREN
Espaço público, habitação e equipamentos coletivos	PRU - Bairros Críticos (na vertente “Espaço urbano”)
Economia local e emprego	PRU - Bairros Críticos (na vertente “Atividades económicas”)
Educação e formação	TEIP - Território Educativo de Intervenção Prioritária
Segurança	-
Inclusão social	PRU - Bairros Críticos (na vertente “Coesão social”) Formação para a Inclusão
Imigrantes	PRU - Bairros Críticos (na vertente “Diversidade cultural”) Programa Escolhas 4ª Geração CLAI - Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes

A realidade da **Urbanização de Vila d’Este** é em tudo semelhante à mencionada para o bairro do Zambujal e para a Freguesia do Vale da Amoreira. De facto, a PRU - Bairros Críticos permite dar resposta à maioria dos problemas identificados neste território, resposta que é complementada por outras iniciativas apoiadas pelos fundos estruturais: 1) CLDS; 2) Cursos de Educação e Formação; 3) TEIP; 4) PE4G; 5) CLAI; 6) Formação para a Inclusão. Mais uma vez, a área que fica a descoberto é a da segurança, não tendo sido possível identificar qualquer ação (para além do regular serviço das forças de segurança, no cumprimento das suas competências) que permita dar resposta direta aos problemas diagnosticados nesta área.

Do exposto, resulta claro que, com a referida exceção, o perfil das intervenções apoiadas na Urbanização de Vila d’Este reflete as características do território no que respeita à incidência dos diferentes problemas e riscos de exclusão social.

Áreas problemáticas	Intervenções apoiadas pelo QREN
Espaço público, habitação e equipamentos coletivos	PRU - Bairros Críticos (nas vertentes “Requalificação urbana do edificado”, “Requalificação do espaço público e do ambiente urbano” e “Inclusão social e valorização socioeconómica e profissional”)
Economia local e emprego	PRU - Bairros Críticos (na vertente “Inclusão social e valorização socioeconómica e profissional”) Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS)
Educação e formação	PRU - Bairros Críticos (na vertente “Inclusão social e valorização socioeconómica e profissional”) TEIP - Território Educativo de Intervenção Prioritária Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) Cursos de Educação e Formação (CEF)
Segurança	-
Inclusão social	PRU - Bairros Críticos (na vertente “Inclusão social e valorização socioeconómica e profissional”) Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) Programa Escolhas 4ª Geração (PE4G) Formação para a Inclusão Gabinete de Apoio à Imigração (CLAI)

## 4.2 - Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos

O diagnóstico social de **Mértola** indica um conjunto de nove áreas problemáticas, todas elas ligadas diretamente à temática da inclusão social. Destas áreas, apenas quatro registam intervenções cofinanciadas pelos fundos estruturais, não se verificando intervenções cofinanciadas em áreas como a saúde, as toxicodependências, os idosos e as pessoas com deficiências.

Das áreas problemáticas apoiadas pelos fundos estruturais, a educação é aquela onde a intervenção é mais intensa, envolvendo sete iniciativas distintas (em termos de objetivos e de públicos-alvo).

De salientar a importância dos apoios na área das acessibilidades, na medida em que um dos problemas deste concelho é a dispersão populacional e as dificuldades de mobilidade das pessoas (muitas vezes idosos). Importa, também, sublinhar a existência de um Contrato Local de Desenvolvimento Social que, pela sua abrangência e diversidade, permite dar resposta a várias áreas problemáticas. Assim, é possível afirmar que a capacidade de resposta do QREN é limitada, ficando a descoberto áreas fundamentais nos processos de inclusão social das populações locais.

Áreas problemáticas	Intervenções apoiadas pelo QREN
Dispersão populacional e acessibilidades	Alargamento e beneficiação da EM 514 Repavimentação de estradas e caminhos municipais
Idosos	-
Pessoas com deficiências	-
Emprego/Desemprego/ Formação profissional	Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) Estágios profissionais Formações Modulares Certificadas
Educação	Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) Centro Infantil Plano tecnológico da educação Ampliação da Biblioteca Municipal de Mértola Cursos Profissionais Cursos de Educação e Formação de Jovens Cursos de Educação Formação de Adultos
Saúde	-
Toxicodependências	-
Habitação	-
Famílias vulneráveis	Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) Plano Municipal para a Cidadania e Igualdade de Género

A análise da coerência e relevância das intervenções apoiadas pelo QREN no quadro do diagnóstico social do **concelho de Alcoutim** é muito semelhante à análise apresentada para o concelho de Mértola. De facto, e apesar de a maioria das áreas relevantes serem alvo de apoios dos fundos estruturais, estes são verdadeiramente escassos, o que decorre, em larga medida, do facto de Alcoutim estar inserido na região do Algarve, cujo envelope financeiro é manifestamente inferior quando comparado com aqueles que foram atribuídos, por exemplo, às regiões do objetivo convergência, fruto do regime de transição em que se encontra, no quadro da Política de Coesão. Por conseguinte, considera-se que o ajustamento entre intervenções apoiadas e diagnóstico social é moderado.



Áreas problemáticas	Intervenções apoiadas pelo QREN
Acessibilidades e transportes	Beneficiação da EN 122.1/EN 124
Idosos	Construção do lar de idosos
Crianças e jovens	Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) Apetrechamento tecnológico das EB1 do Algarve
Alcoolismo	-
Desporto	-
Saúde	Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) Saúde mais próxima

### 4.3 - Territórios de contraste e base turística

A análise do diagnóstico social concelhio e das intervenções apoiadas pelo QREN permite concluir que das nove áreas problemáticas considerados como relevantes pelos atores sociais locais, apenas três são contempladas em matéria de apoios dos fundos estruturais. Destas três áreas, aquelas que merecem maior destaque em termos do número e diversidade de intervenções são o “Emprego” e a “Educação”.

Mais uma vez importa não esquecer que Albufeira (tal como Alcoutim) se encontra numa região com um modesto envelope financeiro em termos de Política de Coesão.

Do exposto, é possível concluir que a resposta do QREN cobre apenas uma pequena parte dos problemas e necessidades sinalizados no diagnóstico social do concelho de Albufeira.

Áreas problemáticas	Intervenções apoiadas pelo QREN
Famílias	-
Território	-
Transportes	-
Emprego	Formação para a Inovação e Gestão Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local Formações Modulares Certificadas Formação para a Inovação e Gestão
Educação	Construção da EB1 e JI de Vale de Pedras EB 1 da Correeira Construção EB 1, 2 e 3 da Guia Cursos de Educação e Formação de Adultos Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
Saúde	-
Ação social	Formação em Língua Portuguesa para Estrangeiros Apoio Técnico às Organizações Não Governamentais
Habitação	-
Segurança	-



# 5 - Determinantes do ajustamento do QREN a cada território

## 5.1 - Territórios ameaçadores e atrativos

O ajustamento verificado e sistematizado no capítulo anterior entre as intervenções co-financiadas pelo QREN e o diagnóstico de necessidades e problemas dos três territórios pertencentes a esta tipologia é evidente, sendo possível identificar várias semelhanças entre os territórios. No que diz respeito aos principais fatores institucionais (que respondem à segunda questão de pesquisa “Quais os mecanismos institucionais de articulação entre as diferentes tipologias de intervenção?”), ou seja aos “... sistemas de regras, formais e informais ...”<sup>4</sup>, que potenciam esse ajustamento há a sublinhar:

- 1 - O **tipo de medida de política pública** - Parceria para a Regeneração Urbana - que financia intervenções integradas e planeadas. Esta tipologia é ela própria indutora, pelas regras estipuladas na sua regulamentação, de dinâmicas de cooperação entre os atores sociais locais, assim como de práticas de planeamento estratégico e operacional, focalizados num dado território.
- 2 - As **capacidades (organizacionais e profissionais) instaladas nos Municípios** que lideram as PRU e que são responsáveis<sup>5</sup> pela gestão deste tipo de bairros. Em qualquer um dos três territórios, as Câmaras Municipais têm uma dimensão relevante, apresentando organogramas onde a componente da inclusão social está “posicionada” de forma clara. Para além desse fator, existe todo um quadro de recursos humanos com formações de base distintas, mas cuja cooptação para o planeamento deste tipo de intervenção é preponderante (e.g., sociólogos, assistentes sociais, arquitectos, geógrafos, contabilistas). De salientar que em qualquer um dos territórios, as Câmaras Municipais apresentam uma já longa experiência de trabalho na área social e na área da gestão de bairros sociais.
- 3 - A **paisagem organizacional pública e privada de cada território é, em regra, dinâmica e tem poder de iniciativa**, o que fica comprovado pela capacidade de captar outros investimentos, para além da PRU. São, inclusive, iniciativas lideradas por outros atores sociais que não as autarquias. Encontram-se, nomeadamente na Freguesia do Vale da Amoreira e no Bairro do Zambujal, centros de investigação associados a universidades, entidades da Administração Central e ONG de âmbito nacional. Este facto traduz-se na existência de muitos outros projetos para além das PRU nos territórios em questão (e.g., PE4G, TEIP, CLDS, CLAI, e variados projetos comunitários da iniciativa dos atores locais).
- 4 - O **capital relacional entre as organizações** que atuam nos bairros é relevante, existindo experiências passadas de cooperação que marcam, de forma decisiva, as relações entre parceiros.

4 COWLES, Maria Green, CAPORASO, James, RISSE, Thomas (2001) *Transforming Europe. Europeanization of Domestic Change*, London: Cornell University Press.

5 Pelas competências que lhes estão atribuídas na Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, que estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais.

5 - A **existência de estruturas de parceria estáveis** como os Conselhos Locais de Ação Social e as Comissões Sociais de Freguesia constituem fóruns importantes de estímulo à cooperação entre atores e de planeamento estratégico e operacional das intervenções nos territórios.

Para além destes fatores, importa realçar que estes são territórios onde existem preocupações já muito estruturadas ao nível de temáticas que não se encontram, de forma consolidada, nas demais tipologias de territórios em análise: 1) sustentabilidade das intervenções, que se traduz entre outros aspetos na constituição de estruturas formais para enquadramento futuro das intervenções; 2) monitorização e avaliação externa dos projetos; 3) modelos de governação assentes numa perspetiva colaborativa e participativa.

Pelo exposto parece claro que medidas de política que exigem formalmente a constituição de parcerias e apelam a modelos de planeamento e gestão colaborativos, encontram neste tipo de territórios fatores institucionais facilitadores. Assim sendo, a experiência das PRU, que combina intervenções materiais com intervenções imateriais, poderia envolver no próximo período de programação, para um modelo mais ambicioso de *Global Grant* para territórios bem delimitados, com paisagens organizacionais densas, variadas, dinâmicas e capazes de integrar intervenções cofinanciadas pelo FEDER e pelo FSE. Seria, assim, interessante encontrar um modelo que permitisse enquadrar as iniciativas FSE que neste momento estão fora da PRU.

## 5.2 - Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos

Contrariamente ao referido para os territórios anteriores, o ajustamento entre as ações cofinanciadas e as necessidades e problemas dos territórios envelhecidos e economicamente deprimidos não surge tão evidente. Aliás, é possível considerar que este ajustamento é muito parcial, revelando-se no atual período de programação a existência de um conjunto muito vasto de situações problemáticas sem cobertura por parte dos fundos estruturais. Tal facto fica a dever-se, no que diz respeito aos aspetos institucionais, aos seguintes fatores:

- 1 - As **Câmaras Municipais**, organizações do poder local que no atual momento assumem um papel de grande relevância em matéria de intervenção social, são entidades **de dimensão reduzida, com um quadro de pessoal também reduzido**. Tal situação traduz-se numa capacidade muito limitada de inovação social. No entanto, estes são claramente os atores mobilizadores do desenvolvimento social local.
- 2 - As **possibilidades de aprendizagem interorganizacional são menores**, não se tendo registado, por exemplo, experiências de relevo de colaboração entre as Câmaras Municipais e entidades de investigação social.
- 3 - A **paisagem organizacional pública e privada de cada território é, em regra, frágil**, dependente, em larga medida, do poder local (do ponto de vista financeiro e técnico), com recursos humanos modestos (em número e competências) e com uma capacidade de ação ténue.
- 4 - Os **recursos financeiros** de cada um dos atores sociais locais são **parcos**.
- 5 - Os **fundos estruturais não estimulam**, de forma sistemática, **a intervenção integrada** nestes territórios (com a exceção dos CLDS). Os fundos estruturais são, no caso específico da intervenção social, fontes de financiamento do que já é feito nos territórios, **perdendo a sua dimensão de adicionalidade**.
- 6 - Tendo em conta a **fragilidade do tecido social**, as Câmaras Municipais, por limitação

legal ao nível das competências que lhes estão atribuídas, bem como por limitação dos regulamentos específicos dos fundos estruturais, que as impede de se candidatarem a muitas tipologias, “utilizam as organizações [da sociedade civil] como barrigas de aluguer” (expressão utilizada por um dos entrevistados no Concelho de Alcoutim), o que coloca desafios acrescidos ao cumprimento dos princípios da transparência e da prestação de contas na gestão do QREN no atual período 2007-2013.

No caso concreto desta tipologia de territórios, parece crucial promover, no próximo período de programação, a capacitação da paisagem organizacional dos territórios, enquanto fator crítico para o desenvolvimento social local, mas também enquanto elemento fundamental para a efetivação de modelos de governação municipal mais colaborativos. Outro aspeto relevante diz respeito ao tema da simplificação da gestão dos fundos estruturais. É um tema recorrente, mas que continua bastante atual. No próximo período de programação seria vantajoso para estes territórios que a regulamentação e os procedimentos comunitários fossem simplificados e mais ajustados às capacidades deste tipo de tecido social.

Um último ponto para reflexão (que não depende da intervenção dos fundos estruturais) prende-se com a alteração das competências das Câmaras Municipais em matéria de inclusão social, “regularizando e formalizando” a atual intervenção pública local nesta área.

### 5.3 - Territórios de contraste e base turística

Tendo em conta a conclusão do ponto anterior relativa ao concelho de Albufeira, onde se afirma que o ajustamento entre necessidades de intervenção e medidas cofinanciadas pelos fundos estruturais é bastante frágil, interessa sublinhar alguns aspetos institucionais que poderão justificar para esta realidade:

- 1 - **Integração** deste território em concreto numa região com **um Programa Operacional com um envelope financeiro diminuto**, fruto do regime de *phasing out* em que se encontra, o que limita, desde logo, as possibilidades de acesso a apoios financeiros. Também no quadro do POPH esta limitação está bem presente.
- 2 - Pelo exposto, existe uma **dificuldade** acrescida por parte da paisagem organizacional do concelho **em garantir a sua contrapartida em projetos sociais**, nomeadamente no que se refere a projetos de equipamentos sociais.
- 3 - **A paisagem organizacional pública e privada é frágil** e dependente do poder local (do ponto de vista financeiro e técnico – a autarquia estabeleceu com várias IPSS protocolos para a colocação de técnicos, comparticipa na construção de equipamentos, cede terrenos e apoio com material e manutenção de instalações), com recursos humanos modestos (em número e competências) e com uma capacidade de ação ténue.
- 4 - Esta fragilidade também se traduz na **dificuldade de cumprimento de alguns requisitos burocráticos associados à gestão dos fundos estruturais (e.g., preenchimento dos formulários)** que enquadram as candidaturas ao POPH e ao POR Algarve.
- 5 - **Fraco dinamismo da Rede Social** do concelho e inexistência de Comissões Sociais de Freguesia.

Do exposto, parece evidente que existe alguma semelhança com as conclusões retiradas para os territórios envelhecidos e economicamente deprimidos, na medida em que também neste concelho existe uma manifesta necessidade de capacitação da paisagem organizacional dos territórios, bem como de simplificação da gestão dos fundos estruturais.



## 6 - Conclusões

O trabalho desenvolvido até ao momento no quadro dos “Zooms Territoriais - Inclusão Social”, que deve ser entendido como um trabalho exploratório, permitiu sistematizar as seguintes questões para debate e reflexão futura:

- **Reforço, otimização e ampliação das experiências de parceria passadas e atuais**, como é o caso das PRU -Bairros Críticos que parecem ter condições para evoluir para modelos de parceria mais ambiciosos, fortalecendo a perspetiva multifundo. Considera-se que em territórios com resultados comprovados, quer em matéria de cooperação institucional, quer no que diz respeito a modelos de intervenção integrada, no quadro da utilização dos fundos estruturais poderão desenvolver-se esforços no sentido de adoptá-los como boas práticas a manter, reforçar e disseminar, encontrando formas de financiamento específicas que permitam acomodar e potenciar as práticas dos atores sociais.
- **Simplificação da gestão dos fundos estruturais e revisão (dentro do possível) dos quadros de elegibilidades**, de modo a facilitar o acesso aos fundos por parte de organizações com estruturas simples e recursos (nomeadamente humanos e financeiros) muito limitados. Será benéfico para financiadores, promotores e beneficiários que, no estrito cumprimento dos requisitos de rigor e legalidade, se verifique uma maior aproximação entre a real capacidade de resposta das organizações do terceiro setor e as regras de cofinanciamento comunitário. Neste caso em concreto, deverá ser ponderada a possibilidade de: i) reforçar o acompanhamento técnico que é prestado às organizações com estruturas e recursos mais reduzidos, ao longo de ciclo do projeto; ii) promover uma maior capacitação destas organizações, ou das suas associações e confederações, em matéria de requisitos de planeamento, implementação e gestão de projetos cofinanciados por fundos estruturais.
- **Qualificação do capital institucional dos territórios**, na medida em que o sucesso das intervenções na área da inclusão social depende, em muito, da qualidade, em termos de dinamismo e de poder de iniciativa, da paisagem organizacional pública e privada instalada nos territórios. Ou seja, é difícil pensar em novos modelos de intervenção social, quando o número de instituições presentes no território é reduzido e a sua capacidade de ação é frágil. Estes novos modelos dependem, ainda, da forma como se assume, afirma e aplica, ao nível local, o conceito de subsidiariedade, permitindo que as organizações presentes no território, com missões e vocações específicas, clarifiquem o seu lugar e o seu papel na definição, implementação e avaliação das políticas públicas locais. Construir e fortalecer a capacidade institucional dos territórios é, assim, um fator crítico neste âmbito temático.
- **Modernização da gestão e profissionalização do capital humano das organizações locais**, garantindo níveis crescentes de eficiência e desempenho organizacional. Para o efeito, os atores sociais locais (autarquias e entidades privadas) devem desenvolver o potencial dos seus recursos humanos, apostando em processos de aprendizagem e melhoria contínua. Neste aspeto, será de ponderar o reforço das iniciativas cofinanciadas pelos fundos estruturais de apoio à implementação de sistemas de gestão da qualidade, bem como de qualificação dos profissionais da administração local e de entidades não lucrativas. Este desafio não se cinge apenas aos colaboradores das organizações, sendo extensível ao nível da gestão de topo, onde a qualificação (nomeadamente em



matéria de liderança e planeamento e gestão estratégica) é fundamental.

- **Autonomização/independência organizacional**, nomeadamente independência financeira. O Estado tem estimulado a criação de uma vasta rede de entidades não públicas de base territorial, por via de apoios subsidiários (e.g., acordos de cooperação com a Segurança Social), que asseguram a prestação de muitos serviços públicos, em diversas áreas. Também o poder local tem estimulado o surgimento de entidades não públicas, por via da atribuição de subsídios, bem como de outros apoios (e.g., técnicos e cedência de espaços e terrenos). A grande dependência que, por vezes, se verifica e que decorre, em grande medida, da fragilidade financeira e técnica das organizações, contribui para limitar a participação plena destas mesmas organizações nos processos de tomada de decisão colectiva de âmbito local.
- **Fortalecimento da perspectiva de planeamento estratégico e operacional de base territorial**, enquanto alicerce para a apresentação de candidaturas robustas, coerentes e pertinentes face às realidades dos diferentes territórios. Para o efeito deverá ser equacionado o reforço dos mecanismos/estruturas locais já existentes (e.g., conselhos municipais e plataformas supraconcelhias), nomeadamente no que diz respeito à sua capacidade de atuação em matéria de planeamento e concertação de intervenções de base territorial.

## 7 - Anexos

## Anexo 1 – Caracterização dos territórios analisados

Território	Principais problemas e necessidades	Paisagem organizacional
Bairro do Zambujal (Amadora)	Espaço público, habitação e equipamentos coletivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Município da Amadora</li> <li>· Junta de Freguesia da Buraca</li> <li>· Agrupamento de Escolas Almeida Garrett</li> <li>· A PARTILHA Associação de Moradores do Bairro do Zambujal</li> <li>· Associação APROXIMAR</li> <li>· Centro Social e Paroquial Nossa Senhora Mãe de Deus da Buraca</li> <li>· Fundação AFID Diferença</li> <li>· Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora Mãe de Deus da Buraca</li> <li>· COOPERACTIVA – Cooperativa de Desenvolvimento Social</li> <li>· Santa Casa da Misericórdia da Amadora</li> <li>· PSP Alfragide</li> </ul>
	Economia local e emprego	<ul style="list-style-type: none"> <li>· ASPAS - Associação de Jovens Promotores da Amadora Saudável</li> <li>· Escola Intercultural das Profissões e do Desporto da Amadora</li> <li>· Associação Comunitária da Amadora para a Reabilitação Psicossocial (ACARPS)</li> </ul>
	Transportes	<ul style="list-style-type: none"> <li>· IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana</li> </ul>
	Educação e formação	<ul style="list-style-type: none"> <li>· CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social</li> <li>· Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos</li> <li>· Delegação Portuguesa do Instituto Missionário da Consolata</li> </ul>
	Segurança	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Associação dos Amigos da Escola de Música do Conservatório Nacional</li> <li>· Agência Portuguesa do Ambiente</li> <li>· Upaje – União para a Ação Cultural e Juvenil Educativa</li> </ul>
	Inserção social	<ul style="list-style-type: none"> <li>· IIEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional</li> <li>· Fundação Benfica</li> </ul>

FONTE: Candidatura da Município da Amadora à tipologia Parcerias para a Regeneração Urbana – Bairros Críticos do POR Lisboa.

Território	Principais problemas e necessidades	Paisagem organizacional
Freguesia do Vale da Amoreira (Moita)	Espaço público, habitação e equipamentos coletivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Município da Moita</li> <li>· Junta de Freguesia do Vale da Amoreira</li> <li>· Associação Cabo Verdiana</li> <li>· CRIVA - Centro de Reformados e Idosos do Vale da Amoreira</li> <li>· Associação de Condóminos e Moradores do Vale da Amoreira</li> </ul>
	Economia local e emprego	<ul style="list-style-type: none"> <li>· AMAA - Associação Moitense dos Amigos de Angola</li> <li>· J.S.D.F. – Juventude Sócio - Cultural e Desportiva das Fontainhas</li> <li>· C.A.V.A. – Centro de Atletismo do Vale da Amoreira</li> <li>· Associação de Emigrantes Guineenses e Amigos do Sul do Tejo</li> <li>· G.D.R.P. – Grupo Desportivo e Recreativo Portugal</li> <li>· Comissão de Moradores da Zona E</li> </ul>
	Transportes	<ul style="list-style-type: none"> <li>· P.I.C.V.A. – Associação Inter-Cultural do Vale da Amoreira e BxB</li> </ul>
	Imigração	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Santa Casa da Misericórdia de Alhos Vedros</li> <li>· Centro Social e Paroquial da Baixa da Banheira</li> <li>· RUMO, Cooperativa de Solidariedade Social</li> <li>· Cidadãos do Mundo Associação</li> <li>· IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana</li> </ul>
	Educação e formação	<ul style="list-style-type: none"> <li>· ARS - Administração Regional de Saúde de LVT</li> <li>· Direcção-Geral das Artes</li> <li>· DRELVT - Direcção Regional de Educação de LVT</li> <li>· IPJ - Instituto Português de Juventude</li> <li>· IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional</li> <li>· AERLIS - Associação Empresarial da Região de Lisboa</li> </ul>

(continua)

Território	Principais problemas e necessidades		Paisagem organizacional
Freguesia do Vale da Amoreira (Moita)	Segurança	Alguma insegurança na Freguesia Delinquência juvenil e dependências de drogas e álcool	
	Inserção social	Forte concentração de famílias carenciadas Forte dependência de apoios sociais e pobreza estrutural de algumas famílias Desestruturação familiar (famílias monoparentais e mães solteiras) Sentimentos de baixa autoestima	

FONTE: Candidatura da Município da Moita à tipologia Parcerias para a Regeneração Urbana – Bairros Críticos do POR Lisboa.

Território	Principais problemas e necessidades		Paisagem organizacional
Urbanização de Vila D'Este (Vila Nova de Gaia)	Espaço público, habitação e equipamentos coletivos	Desqualificação do parque habitacional Ambiente urbano desqualificado Falta de espaços verdes Não foram criadas inicialmente ligações claras à rede viária do concelho, o que isolou a urbanização do restante território Ruas sem saída que potenciam a criação de <i>ghettos</i> Topografia bastante acidentada à qual não foi dada a suficiente atenção aquando da implantação das construções e arruamentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Município de Vila Nova de Gaia</li> <li>· Junta de Freguesia de Vila de Andorinho</li> <li>· Gaiurb</li> <li>· Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia</li> <li>· Associação de Condomínios da Urbanização de Vila D'Este (ACUVE)</li> <li>· Associação de Proprietários de Vila D'Este</li> <li>· Associação de Moradores de Vila D'Este</li> <li>· Agrupamento vertical de escolas de Vila D'Este</li> <li>· Fundação Padre Luís</li> <li>· Paróquia / Irmãs da Assunção</li> <li>· Grupo desportivo de Vila D'Este</li> <li>· Associação "Cem Paus"</li> <li>· Escola Profissional do Infante</li> <li>· Centro de Formação Profissional do Sector Terciário</li> <li>· Associação Metropolitana de Serviços</li> </ul>
	Economia local e emprego	Desemprego de longa duração Periferismo social e económico Elevada taxa de desemprego	
	Educação e formação	Abandono e absentismo escolar Falta de qualificações profissionais	
	Segurança	Violência doméstica	
	Inserção social	Famílias disfuncionais e carenciadas Crianças em risco Toxicodependência Alcoolismo Isolamento dos idosos Falta de equipamentos sociais de apoio à população: creche, centro de dia, espaço jovem, apoio domiciliário Projeção de uma imagem negativa da urbanização de Vila D'Este contribuindo para situações de estigma	

FONTE: Candidatura da Município de Vila Nova de Gaia à tipologia Parcerias para a Regeneração Urbana – Bairros Críticos do POR Norte.

Território	Principais problemas e necessidades	Paisagem organizacional
Concelho de Mértola	<p>Idosos</p> <p>Insuficiência de resposta para apoio a idosos que necessitem de internamento em lar            Insuficiência de respostas sociais para idosos dependentes            Falta de apoio a doenças geriátricas            Isolamento geográfico, familiar e social dos idosos            Elevado número de idosos em listas de espera para internamento em lar            Falta de suporte familiar (dependentes)            Baixos recursos económicos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Câmara Municipal de Mértola</li> <li>· Agrupamento de Escolas de Mértola</li> <li>· Santa Casa da Misericórdia de Mértola</li> <li>· Centro de Saúde de Mértola</li> </ul>
	<p>Pessoas com deficiências</p> <p>Famílias com filhos deficientes em casa sem apoio            Inexistência de respostas para apoio aos deficientes, essencialmente os mais jovens</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Juntas de Freguesia</li> <li>· Centro Social de Montes Altos</li> <li>· Casa do Povo de Santana de Cambas</li> <li>· Escola Profissional Bento de Jesus</li> </ul>
	<p>Emprego / Desemprego / Formação profissional</p> <p>Baixo empreendedorismo            Tecido empresarial frágil            Insuficiência no suporte à iniciativa empresarial            Falta de equipamentos de apoio ao turismo (alojamento e animação)            Baixa literacia do sistema            Baixas habilitações literárias devido ao abandono escolar            Cultura de dependência da formação profissional como forma de obtenção regular de rendimentos            Fraca dinâmica empreendedora para o investimento profissional            Carência de funcionamento em rede do IEFP (Centro de Emprego, Centro de Formação Profissional)            Pouca motivação dos jovens para a frequência de cursos de qualificação profissional</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Caraça – Mértola (ALSUD)</li> <li>· Associação de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Mértola</li> <li>· Associação de Defesa do Património de Mértola</li> <li>· Clube Náutico de Mértola</li> <li>· Associação de Reformados da Mina de São Domingos</li> <li>· Sociedade Bens</li> <li>· Centro Cultural e Recreativo de Montes Altos</li> <li>· Sociedade de Confraternização e Recreativa de Corte Sines</li> <li>· Associação “Viver Bem” – Alcaria Ruiva</li> <li>· Associação de Apoio a Idosos - Retiro da Sabedoria – Azinhal</li> <li>· Associação de Cultura e Desporto Adaptado do Concelho de Mértola</li> <li>· Associação de Desenvolvimento Local – Raia do Chanca – Santana de Cambas</li> </ul>
	<p>Educação</p> <p>Baixa empregabilidade provocada por baixa escolaridade            Baixa literacia            Baixo nível de escolaridade            Elevada taxa de analfabetismo            Desvalorização da escola            Desvalorização dos saberes práticos            Existência de barreiras arquitetónicas nos espaços de aprendizagem e de leitura            Desvalorização do pré – escolar e 1º ciclo            Falta de acesso à sociedade de informação</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Associação de Reformados Pensionistas – Mértola</li> <li>· Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Mértola</li> <li>· Casa do Povo de Corte Pinto</li> <li>· Centro de Apoio a Idosos de Moreanes</li> <li>· Centro de São João dos Caldeireiros - Sol Nascente”</li> <li>· Guarda Nacional Republicana – Mértola</li> <li>· Núcleo de Voluntariado de Mértola</li> <li>· CERIC Beja</li> <li>· CERIC – Côa – Almodôvar</li> </ul>
<p>Saúde</p> <p>Problemas de acessibilidade (física dos utentes ao serviço)            Falta de humanização no atendimento aos utentes            Predominância dos estilos de vida não saudáveis            Encerramento das extensões do centro de saúde nas sedes de freguesia            Dificuldade da deslocação dos utentes das freguesias ao centro de saúde            Má imagem do centro de saúde perante a comunidade            Disfunção ao nível de apoio administrativo            Falta de formação específica dos administrativos e técnicos de saúde</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Centro de Paralisia Cerebral de Beja</li> <li>· Centro de Formação Profissional de Beja</li> <li>· Centro de Emprego de Beja</li> <li>· Instituto da Segurança social</li> <li>· Instituto da Droga e da Toxicodependência</li> </ul>	

(continua)



Território	Principais problemas e necessidades		Paisagem organizacional
Concelho de Mértola	Toxicodependências	Alcoolismo Aceitação cultural do consumo de álcool Desconhecimento da real prevalência do alcoolismo no concelho Défice da educação para a saúde Falta de informação/sensibilização para tratamento de alcoólicos Desinteresse por parte dos toxicodependentes para efectuarem tratamento Recusa das famílias em aceitar as toxicodependências	
	Habitação	Dificuldade em encontrar habitação Elevado número de pessoas que abandonam o concelho devido à falta de habitação Más condições de habitabilidade (problemas sociais) Muitas habitações fechadas Dificuldade de acesso a crédito bancário das famílias em situação profissional precária para aquisição ou melhoria de habitação	
	Famílias vulneráveis	Negligência Má gestão doméstica Violência doméstica Alcoolismo/toxicodependência Baixos recursos Monoparentalidade Avós com funções familiares (pais)	
	Associativismo	Falta de empenhamento associativo Falta de disponibilidade dos dirigentes associativos Associações culturais e recreativas com pouca atividade Desarticulação dos interesses dos jovens com as atividades das associações Atividades desenvolvidas desajustadas à maioria do interesse da comunidade Desconhecimento do movimento associativo do concelho	

FONTE: Pré-Diagnóstico e Diagnóstico Social do Concelho de Mértola (2004).

Território	Principais problemas e necessidades	Paisagem organizacional
Concelho de Alcoutim	<p>Acessibilidades e transportes</p> <p>Deficiente rede viária inter-concelhia (ligação ao Alentejo)            Baixa cobertura da rede de transportes intra-concelhia            Mau estado de conservação de algumas vias rodoviárias e sinalização rodoviária mal colocada            Insuficiente aproveitamento do transporte fluvial            Inexistência de informação acessível ao público relativamente ao serviço de táxis            Insuficiência de formação para crianças e jovens na área da prevenção rodoviária            Fraca disponibilidade do serviço de táxis em Alcoutim</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Câmara Municipal de Alcoutim</li> <li>· Junta de Freguesia de Alcoutim</li> <li>· Junta de Freguesia de Giões</li> <li>· Junta de Freguesia de Martim Longo</li> <li>· Junta de Freguesia de Vaqueiros</li> <li>· Junta de Freguesia do Pereiro</li> <li>· Centro de Emprego e Formação Profissional de Vila Real de Santo António</li> <li>· Centro Distrital de Segurança Social de Faro</li> <li>· Centro de Saúde de Alcoutim</li> <li>· Direcção Regional de Educação do Algarve</li> <li>· Escola Básica Integrada de Alcoutim</li> <li>· Escola Básica Integrada de Martim Longo</li> <li>· Guarda Nacional Republicana</li> <li>· Alcance - Associação de Desenvolvimento Local</li> <li>· Associação de Solidariedade Social, Cultura, Desporto e Arte dos Balurcos</li> <li>· Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcoutim</li> <li>· Associação Inter-Vivos</li> <li>· Centro de Desenvolvimento Social e Cultural de Martim Longo</li> <li>· Centro Paroquial Nossa Senhora da Conceição de Martim Longo</li> <li>· Centro Paroquial de Vaqueiros</li> <li>· Fraternidade da Mãe de Deus</li> <li>· Grupo Desportivo de Alcoutim</li> <li>· Odiana - Associação para Desenvolvimento do Baixo Guadiana</li> <li>· Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim</li> </ul>
	<p>Idosos</p> <p>Insuficiência de resposta para apoio a idosos que necessitem de internamento em lar            Encerramento dos centros de dia aos domingos e feriados            Insuficiência de recursos humanos com formação em Geriatria            Insuficiência de apoio domiciliário para acamados            Aumento de situações de idosos com grande dependência sem suporte familiar            Falta de sensibilização das famílias para o apoio aos idosos            Inexistência de apoios às famílias que se ocupam dos idosos em suas casas            Isolamento geográfico, familiar e social dos idosos            Insuficiência das atividades culturais e recreativas para idosos            Dificuldades de acesso ao centro de saúde            Degradação das habitações            Baixo valor das pensões            Sentimentos de insegurança dos idosos            Inexistência de uma rede de voluntariado</p>	
	<p>Crianças e jovens</p> <p>Diminuição do nº de crianças e jovens            Resposta insuficiente para as opções do ensino secundário            Insuficiência de cursos profissionais dirigidos ao mercado de trabalho            Insuficiência de informação relativa às saídas profissionais            Infoexclusão            Inexistência de hábitos de leitura            Insuficiência do apoio psicológico            Inexistência de RH com especialização na área das Necessidades Educativas Especiais            Distanciamento dos serviços de proteção de crianças e jovens            Desinteresse dos pais pela vida dos filhos            Reduzido nº de eventos culturais e Pouca diversidade de atividades culturais, recreativas e desportivas            Dificuldades de acesso às atividades de ocupação dos tempos livres das crianças residentes em locais isolados            Inexistência de uma rede de voluntariado</p>	

(continua)

Território	Principais problemas e necessidades		Paisagem organizacional
Concelho de Mértola	Alcoolismo	<p>Aceitação cultural do consumo do álcool</p> <p>Desconhecimento da real prevalência de doentes alcoólicos (alcoólicos graves; Síndrome de Abstinência do Álcool)</p> <p>Falta de motivação dos doentes alcoólicos para efetuar o tratamento</p> <p>Falta de apoio às famílias com doentes alcoólicos</p> <p>Distanciamento das estruturas de tratamento e apoio à recuperação de doentes alcoólicos</p>	
	Saúde	<p>Encerramento das Extensões de Giões e Pereiro e encerramento do S.A.P.</p> <p>Distanciamento do serviço de urgência</p> <p>Insuficiência de consultas de especialidades médicas hospitalares</p> <p>Inexistência de alguns meios de tratamento e recuperação da doença (e.g. fisioterapia)</p> <p>Insuficiência de valências no apoio domiciliário aos doentes acamados</p>	
	Desporto	<p>Inexistência de técnicos de saúde vocacionados para o apoio às atividades desportivas</p> <p>Insuficiência de técnicos que promovam e motivem para a prática desportiva e ocupação dos tempos livres, aos níveis institucional e comunitário</p> <p>Insuficiência de circuitos para a prática de desporto (e.g. circuitos de manutenção)</p> <p>Falta de dinamismo das associações ao nível desportivo</p> <p>Falta de motivação da população idosa para a prática de desporto e utilização dos equipamentos existentes</p> <p>Insuficiência de atividades desportivas para idosos</p>	
	Economia	<p>Baixo empreendedorismo e baixa capacidade de investimento/ financiamento</p> <p>Insuficiência da iniciativa privada</p> <p>Falta de dinamismo no mercado de consumo</p> <p>atividades económicas pouco diversificadas</p> <p>Elevada burocratização do processo de certificação de produtos</p> <p>Desvalorização dos produtos regionais como forma de subsistência</p> <p>Dificuldade de escoamento dos produtos</p> <p>Falta de divulgação dos produtos regionais</p> <p>Falta de informação e pouco interesse pela informação existente relativa a apoios financeiros</p> <p>Baixa oferta de emprego</p> <p>Indisponibilidade das pessoas para trabalhar e insuficiência de mão de obra qualificada</p> <p>Insuficiência de formação para trabalhadores</p> <p>Dificuldades de construção devido ao ordenamento do território</p> <p>Insuficiência de espaços industriais</p> <p>Insuficiência de Habitação</p>	

FONTE: Diagnóstico Social do Concelho de Alcoutim (2004).

Território	Principais problemas e necessidades		Paisagem organizacional
Concelho de Albufeira	Famílias	Evidência de sintomas de crise da família, traduzidos em taxas de divórcio e de famílias monoparentais superiores à média nacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Associação Bombeiros Voluntários de Albufeira</li> </ul>
	Território	Sobrecarga populacional no verão, decorrentes do facto de nessa altura do ano o nº de habitantes multiplicar por 10, relevando as insuficiências das estruturas de apoio, designadamente em termos de acessibilidade, mobilidade, saúde e segurança Fortes assimetrias entre o litoral e o interior, com efeitos negativos na diversificação do interior	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Associação de Apoio à Pessoa Excepcional do Algarve</li> <li>· Associação Humanitária Solidariedade Albufeira</li> <li>· Associação Portuguesa de Apoio à Vítima</li> <li>· Centro de Saúde de Albufeira</li> <li>· Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Faro</li> <li>· Centro Paroquial de Paderne</li> </ul>
	Transportes	Insuficiências na rede de transportes públicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Comissão Protecção de Crianças e Jovens Albufeira</li> </ul>
	Economia e emprego	Forte concentração das atividades em torno do produto turístico “sol e mar” e o seu impacto na sazonalidade da atividade económica e no emprego Carência de espaços e estruturas para o desenvolvimento de oferta de formação, quer inicial quer contínua Horários de trabalho praticados na hotelaria e na restauração Reduzido número de trabalhadores com níveis de escolaridade e de qualificação média e superior Elevado peso da taxa de baixas qualificações no conjunto da população empregada A facilidade de acesso ao mercado de trabalho e a reduzida exigência deste, constitui um incentivo ao abandono escolar precoce A elevada percentagem de população activa, com idades compreendidas entre 25 e 50 anos afetada, sazonalmente, pelo desemprego	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Conferência São José de Ferreiras</li> <li>· Direcção Geral de Reinserção Social</li> <li>· DREALG – Direcção Regional de Educação do Algarve</li> <li>· Fundação António Silva Leal</li> <li>· GATO - Grupo de Ajuda à Toxicodependentes</li> <li>· IDT - Unidade de Prevenção de Faro</li> <li>· IEFP - Centro de Emprego de Loulé</li> <li>· Freguesia da Guia</li> <li>· Freguesia de Albufeira</li> <li>· Freguesia de Ferreiras</li> <li>· Freguesia de Olhos de Água</li> <li>· Freguesia de Paderne</li> <li>· Movimento de Apoio à Problemática da Sida</li> <li>· Município de Albufeira</li> <li>· NUCLEGARVE - Núcleo dos Motoristas Terras do Algarve</li> <li>· Santa Casa da Misericórdia de Albufeira</li> <li>· Sociedade de S. Vicente Paulo</li> <li>· UGT - Delegação Regional do Algarve</li> </ul>

(continua)

Território	Principais problemas e necessidades		Paisagem organizacional
Concelho de Albufeira	Educação	<p>Ausência de escolas de formação e educação profissional, quer em termos de escolas profissionais quer em termos do IEFP</p> <p>Inexistência de locais de formação para quadros superiores</p> <p>As salas de aula no pré-escolar e no 1º CEB funcionam no limite máximo da sua capacidade</p> <p>Devido aos horários de trabalho rotativos, existe uma inadequação dos horários dos encarregados de educação ao funcionamento dos horários escolares</p> <p>Carência de jardins de infância públicos, sobretudo nas zonas rurais</p> <p>Inexistência de pólos dinamizadores de desenvolvimento para crianças económica e socialmente desfavorecidas</p> <p>No que toca aos serviços de psicologia e orientação observa-se a existência de reduzidas respostas pelo facto de os recursos humanos serem em número insuficiente</p> <p>Mão de obra pouco escolarizada e com fraca qualificação profissional</p>	
	Saúde	<p>Inexistência de cuidados de saúde especializados (consultas de especialidade)</p> <p>Carência de pessoal médico e de enfermagem, particularmente em áreas como pediatria</p> <p>Inexistência de estruturas de retaguarda e tratamento de grupos específicos, como seja: portadores de deficiência, doentes mentais, toxicodependentes e portadores de HIV</p>	
	Ação social	<p>Desconhecimento do número de amas familiares licenciadas (promovido pela própria legislação)</p> <p>Sobrelotação das creches</p> <p>O facto de 50% dos processos da CPCJ pertencerem a naturais de outros concelhos, dificulta a compreensão das problemáticas</p> <p>Existência de apenas dois equipamentos de apoio a crianças e jovens em perigo</p> <p>Existência de um grande número de famílias monoparentais</p> <p>Falta de equipamentos para idosos</p> <p>Envelhecimento da população</p> <p>Tendo em conta a população do concelho, a insuficiência de apoio a grupos vulneráveis</p>	

(continua)

Território	Principais problemas e necessidades		Paisagem organizacional
Concelho de Albufeira	Habitação	Pressão turística conduz a um peso muito elevado do número de novas construções em tipologias adaptadas ao uso sazonal ou secundário, em detrimento de tipologias para residentes, nomeadamente de agregados familiares de média dimensão Insuficiente mercado de arrendamento Tendência para a diferenciação acentuada no uso dos solos, decorrente da pressão turística, que conduz à especialização das freguesias do litoral em residência de uso sazonal, e à deslocação dos residentes permanentes para as freguesias do interior	
	Segurança	Ausência de polícia municipal A elevada taxa de desemprego, aliada aos empregos sazonais originam o aumento da criminalidade O facto de ser um concelho multicultural contribui para a redução de mecanismos de controlo social Elevado número de residências de uso sazonal, não habitadas durante a época baixa da atividade turística, propiciam o aumento de crimes contra o património	

FONTE: Diagnóstico Social do Concelho de Albufeira (2005).



## Anexo 2 – Intervenções nos territórios analisados (cofinanciadas e não cofinanciadas)

Território	Intervenções cofinanciadas pelo QREN e outros fundos comunitários	Intervenções não cofinanciadas pelo QREN
Bairro do Zambujal (Amadora)	<p>Parceria para a Regeneração urbana (PRU) – Bairros Críticos</p> <p>Projeto-piloto de Mediadores Municipais</p> <p>Programa ESCOLHAS (4ª geração) (ACIDI - POPH)</p> <p>TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (POPH)</p> <p>Formação para a Inclusão (POPH)</p>	<p>Projeto “Zambujal Empreende”</p> <p>Comissão Social de Freguesia da Buraca (orçamento próprio das instituições)</p> <p>Projetos “Melhor Casa” e “Melhor Escada” (na área da habitação)</p> <p>Projetos “Abre a Pestana” e “Passa a Palavra” (na área da toxicodependência)</p> <p>Projeto “Adrenalinas”</p> <p>Serviço “Atendimento Social Integrado” (continuidade do PROGRIDE)</p> <p>Serviço “Atendimento a vítimas de violência doméstica”</p>
Freguesia do Vale da Amoreira (Moita)	<p>Parceria para a Regeneração urbana (PRU) – Bairros Críticos (POR Lx)</p> <p>CLAII - Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (ACIDI - POPH)</p> <p>Programa ESCOLHAS (4ª geração) (ACIDI - POPH)</p> <p>TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (POPH)</p> <p>Formação para a Inclusão (POPH)</p>	<p>ICB - Iniciativa Bairros Críticos</p> <p>GIP - Gabinete de Inserção Profissional (IEFP/MTSS)</p> <p>Transporte escolar (Município)</p> <p>PIPP - Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (integra os projetos “Escola Segura”, “Idosos em Segurança” e “Comércio Seguro”) (MAI)</p> <p>PROGRIDE (ISS)</p> <p>Rendimento Social de Inserção (ISS)</p> <p>Projeto Integrado de Prevenção e Controlo do VIH/Sida (IDT)</p> <p>PORI - Programa de Prevenção das Toxicodependências (IDT)</p> <p>Ocupação de tempos livres (orçamento próprio das instituições)</p>
Urbanização de Vila D’Este (Vila Nova de Gaia)	<p>Parceria para a Regeneração urbana (PRU) – Bairros Críticos</p> <p>Contrato Local de Desenvolvimento Social (ISS-POPH – concluído em Dezembro de 2010)</p> <p>Programa ESCOLHAS (4ª geração) (ACIDI - POPH)</p> <p>TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (POPH)</p> <p>Cursos de Educação e Formação (CEF) (POPH)</p> <p>Gabinete de Apoio à Imigração (CLAII – ACIDI – POPH)</p>	<p>GIP - Gabinete de Inserção Profissional (IEFP/MTSS)</p> <p>Gabinete de Ação Social (Junta de Freguesia de Vilar de Andorinho)</p> <p>Gabinete de Psicologia (Junta de Freguesia de Vilar de Andorinho)</p> <p>Distribuição de alimentos (PCAAC)</p> <p>Rendimento Social de Inserção (ISS)</p> <p>Acompanhamento domiciliário (orçamento próprio das instituições)</p> <p>Ocupação de tempos livres (orçamento próprio das instituições)</p> <p>Modalidades desportivas (Associação Moradores V. D’Este)</p> <p>Grupo dança – babydance (Grupo Desportivo de Vila D’Este)</p> <p>Torneios de futebol (Associação “Cem Paus”)</p> <p>Centro de dia e jardim de infância / Serviço de Apoio Domiciliário (Centro de Dia e Jardim de Infância Salvador Caetano e Ana Caetano)</p> <p>Formação Profissional (APPACDM)</p>

(continua)

Território	Intervenções cofinanciadas pelo QREN e outros fundos comunitários	Intervenções não cofinanciadas pelo QREN
Concelho de Mértola	<p>Contrato Local de Desenvolvimento Social (POPH)  Estágios Profissionais (POPH)  Plano Municipal para a Cidadania e Igualdade de Género no Concelho de Mértola (POPH)  Cursos Profissionais (POPH)  Cursos de Educação e Formação de Jovens (POPH)  Cursos de Educação e Formação de Adultos (POPH)  Formações Modulares Certificadas (POPH)  Construção de Sistemas Autónomos de Abastecimento de Água e Saneamento Básico no Concelho de Mértola (POVT)  Alargamento e Beneficiação da EM 514 (EQ-QREN)  Centro Infantil (PRODER)  BGDesporto – Baixo Guadiana: zona desportiva de excelência (POCTEP)  GUADITER – Itinerários do Baixo Guadiana (POCTEP)  ANDALBAGUA – Territorio y Navegabilidad en el Bajo Guadiana (POCTEP)  TAG – Turismo Activo Guadiana (POCTEP)  G+A – Guadiana más Accesible (POCTEP)  UADITurS – Turismo Sustentável no Baixo Guadiana (POCTEP)  Plano Tecnológico da Educação (POR Alentejo)  Ampliação da Biblioteca Municipal de Mértola (POR Alentejo)  Festival Islâmico de Mértola (POR Alentejo)  Construção do Parque Desportivo e de Lazer Municipal (POR Alentejo)  Internacionalização de vinhos e azeites orgânicos e verdes (POR Alentejo)  Economia digital, comercialização, marketing e internacionalização (POR Alentejo)  Regeneração Urbana do Eixo Comercial de Mértola (POR Alentejo)  Repavimentação de Estradas e Caminho Municipais (POR Alentejo)  Tradições Oraís e Cultura Popular do Baixo Alentejo:  Memórias Locais - Aprendizagens Globais (POR Alentejo)  Espaço de Memória - Tempo de Futuro: Projeto Integrado do Campo Arqueológico de Mértola (POR Alentejo)  TRILHOS - Visitação e Conservação no Vale do Guadiana (POR Alentejo)  Pólo de valorização, gestão e divulgação dos recursos ictiológicos da bacia do Guadiana (POR Alentejo)  “Mosaicos Mediterrânicos: Modelo de Resiliência dos Ecossistemas Mediterrânicos” (POR Alentejo)  Entre Loendros e Águas Santas - Requalificação Ambiental e Paisagística da Ribeira de Oeiras - Água Santa da Herdade (POR Alentejo)  Educação Ambiental e Cidadania - um Plano Integrado para o Vale do Guadiana (POR Alentejo)  Ações de Reabilitação, Sensibilização e Educação Ambiental no Concelho de Mértola (POR Alentejo)</p>	<p>Rendimento Social de Inserção (ISS)  GIP - Gabinete de Inserção Profissional (IEFP/MTSS)  Programa Rede Social (orçamento próprio das instituições)  Oralidades (Programa Cultura 2007-2013)  Contrato-Programa com a DGLB – Biblioteca Municipal de Mértola (DGLB)  Medida de apoio à população portadora de deficiência (comparticipação financeira de 25% nas mensalidades das instituições)  Instrumentos de apoio às instituições particulares de solidariedade social do concelho (incentivos financeiros às IPSS)  Cartão Social do Município  Cartão Mértola Jovem  Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo  Mértola Voz Amiga (teleassistência)  Melhoramentos Habitacionais a Famílias Carenciadas  Unidade Móvel médico-social  Projeto “Não precisas, preciso eu!” (dar resposta às necessidades das famílias carenciadas ao nível dos bens essenciais prioritários)</p>

(continua)





Território	Intervenções cofinanciadas pelo QREN e outros fundos comunitários	Intervenções não cofinanciadas pelo QREN
Concelho de Alcoutim	<p>Construção do Lar de Idosos (POPH)</p> <p>CLDS Contrato Local de Desenvolvimento Social (POPH)</p> <p>Cursos de Educação Formação de Adultos (POPH)</p> <p>Óleos essenciais como enriquecimentos nutricionais no cultivo de larvas de peixes marinhos (POR Algarve)</p> <p>Valorização dos açudes de Alcaria Cova, Galaxos e Várzea (POR Algarve)</p> <p>Reconstrução dos açudes junto às povoações de Bentos e Fernandilho (POR Algarve)</p> <p>Beneficiação da EN 122.1/EN 124 – Alcoutim (POR Algarve)</p> <p>Parque de Merendas e Autocaravanismo do Pereiro (POR Algarve)</p> <p>Apetrechamento tecnológico das EB1 do Algarve (POR Algarve)</p> <p>Reequipamento Estratégico da Protecção Civil do Algarve (POR Algarve)</p> <p>Saneamento de águas residuais no concelho de Alcoutim (POVT)</p> <p>Abastecimento de água no concelho de Alcoutim (POVT)</p> <p>Redes de água e saneamento em diversas localidades do concelho de Alcoutim (POVT)</p> <p>Exposição itinerante “Alcoutim Terra de Fronteira” (PRODER)</p> <p>Recuperação e valorização da casa do Ferreiro (PRODER)</p> <p>Saúde mais próxima (PRODER)</p> <p>ANDALBAGUA (Programa operacional cooperação transfronteiriça Espanha Portugal) – Empreitada de beneficiação de cais de Alcoutim, Laranjeiras e Guerreiros do Rio e fiscalização; Empreitada do arranjo paisagístico no cais de Guerreiros do rio; Empreitada do arranjo paisagístico no cais de Laranjeiras e projeto execução; Empreitada do arranjo paisagístico do jardim do miradouro em Alcoutim e projeto de execução</p> <p>GUADITER (Programa operacional cooperação transfronteiriça Espanha Portugal) – Requalificação exterior de edifícios de interesse relevante; Protecção das muralhas do castelo de Alcoutim; Plataforma sobre a exposição do núcleo de arqueologia do castelo de Alcoutim; Cobertura de parte do castelo de Alcoutim</p> <p>PIDETRANS (Programa operacional cooperação transfronteiriça Espanha Portugal) – Empreitada de ampliação do parque empresarial de Alcoutim, fiscalização e projeto de execução</p> <p>BG Desporto (Programa operacional cooperação transfronteiriça Espanha Portugal) – Empreitada da vedação e iluminação no campo de futebol</p> <p>UADITURS (Programa operacional cooperação transfronteiriça Espanha Portugal) – Empreitada do auditório do Guadiana e fiscalização</p>	<p>Programa Rede Social</p> <p>Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo</p> <p>PCAAC – Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados</p> <p>Projeto de “Operação às Cataratas”</p> <p>Programa de “Apoio a Alcoólicos”</p> <p>Programa “Alcoutim Ainda Mais Solidário” (serviço gratuito de ajuda ao domicílio)</p> <p>Bolsas de estudo para o Ensino Superior</p> <p>Cartão Social do Município (concede reduções no pagamento de taxas e tarifas)</p> <p>Projeto “Vamos à Vila” (iniciativa que cria uma rede de transportes sociais gratuitos)</p> <p>Desporto Sénior (ginástica de manutenção, marchas-passeio e hidrosénior)</p> <p>Férias Desportivas (Natal e do Verão, a Câmara de Alcoutim organiza atividades e proporciona transporte a todas as crianças dispersas pelo concelho)</p>

(continua)

Território	Intervenções cofinanciadas pelo QREN e outros fundos comunitários	Intervenções não cofinanciadas pelo QREN
Concelho de Albufeira	<p>Apoio a Projetos de Formação para Públicos Estratégicos (POPH)</p> <p>Formação para a Inovação e Gestão (POPH)</p> <p> Cursos de Educação e Formação de Adultos (POPH)</p> <p>Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local (POPH)</p> <p>Formação em Língua Portuguesa para Estrangeiros (POPH)</p> <p>Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (POPH)</p> <p>Formações Modulares (POPH)</p> <p>Apoio Técnico às Organizações Não Governamentais (POPH)</p> <p>Investimentos em TIC, economia digital e comercialização/marketing, para reforço da posição de líder regional do sector (POR Algarve)</p> <p>Competitividade e Sustentabilidade rumo à Excelência (POR Algarve)</p> <p>Exploração turística do empreendimento EDEN RESORT (POR Algarve)</p> <p>Eficiência energética; certificação energética; certificação qualificada (POR Algarve)</p> <p>Produção de novos serviços com elevado conteúdo tecnológico, utilizando as novas tecnologias, e adoção de novos métodos de utilização dos recursos naturais e energéticos (POR Algarve)</p> <p>DIGIURB - Desmaterialização dos processos de urbanismos (POR Algarve)</p> <p>Construção da EB1 e JI de Vale de Pedras (POR Algarve)</p> <p>EB 1 da Correeira (POR Algarve)</p> <p>Construção EB 1, 2 e 3 da Guia (POR Algarve)</p> <p>Sistema de Drenagem de Vale da Ursa e Tavagueira (POVT)</p> <p>Alimentação artificial da praia de Albufeira (POVT)</p>	<p>Programa Rede Social</p> <p>Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo</p> <p>Gabinete da Juventude (posto de informação e cursos de informática)</p> <p>Projeto "Animação GAJ" (ocupação dos tempos livres dos jovens entre os 10 e 15 anos)</p> <p>Projeto "RAPública" (destinado aos mais novos e dedicado à cultura urbana alternativa do Hip-Hop)</p> <p>Projeto "KeCena" (promoção de hábitos culturais e artísticos, junto das camadas mais novas da população)</p> <p>Programa "Ocupação dos Tempos Livres"</p> <p>Academia das Artes, local onde os jovens podem desenvolver a sua apetência por este tipo de atividade</p> <p>Projeto "Academia das Artes" (destinado a jovens com idades compreendidas entre os 10 e 25 anos, o projeto agrupa as vertentes da Música, Dança, Teatro e do Yoga)</p> <p>Programas de Férias e Atividades Juvenis (atividades lúdico-pedagógicas, educativas, culturais e desportivas)</p> <p>Projeto "Encontros" (destinado a pequenos grupos de inquilinos de habitação social)</p> <p>Programa "Clube Avô" (atividades recreativas, lúdico-pedagógicas e de saúde e bem estar)</p> <p>Projeto "Banco de Tempo"</p> <p>Serviço de Teleassistência</p> <p>Cartão Sénior Municipal</p> <p>Caderneta Sénior</p> <p>Projeto "Gabinete da Família" (atendimento, formação, apoio psicopedagógico, etc.)</p> <p>Bolsas de estudo (ensino médio e superior)</p> <p>Gabinete do Imigrante</p>

NOTA: A listagem apresentada não é exaustiva.





OBSERVATÓRIO  
DO QREN

Ed. Parque Expo, Av. D. João II, Lote 1.07.2.1, 1998-014 Lisboa + Tel.: (+351) 210 437 300 + [www.observatorio.pt](http://www.observatorio.pt)